



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

RESOLUÇÕES DO 3º CONGRESSO NACIONAL DA CUT

7 a 11 de setembro de 1988
Belo Horizonte (MG)
Ginásio do Mineirinho



VERSÃO PARA IMPRIMIR

- CONJUNTURA ATUAL E AS TAREFAS DA CUT
- CONCEPÇÃO E PRÁTICA SINDICAL
- DIRETRIZES DE AÇÃO
- PLANO DE LUTAS
- EXECUTIVA E DIREÇÃO NACIONAL
- DELEGAÇÕES INTERNACIONAIS
- QUADRO GERAL DO CONGRESSO



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



RESOLUÇÕES DO 3º CONGRESSO NACIONAL DA CUT

7 a 11 de setembro de 1988 - Belo Horizonte (MG) / Ginásio do Mineirinho

CONJUNTURA ATUAL E AS TAREFAS DA CUT

Conjuntura internacional: novas tecnologias, dívida externa e desemprego

A atual conjuntura está marcada por mudanças estruturais na dinâmica do capitalismo e pela perspectiva de agravamento da crise econômica mundial. A tendência ao agravamento da crise está presente na acelerada elevação das taxas de juros e nas perspectivas de retração do comércio internacional, especialmente após as eleições presidenciais de 1989 nos Estados Unidos da América. Os efeitos das mudanças estruturais, associados ao quadro de crise, são devastadores para os países do chamado Terceiro Mundo e para a classe trabalhadora a nível internacional.

Nas grandes potências capitalistas ocorre um intenso processo de inovação tecnológica, com o avanço da automação, o desenvolvimento de novos processos produtivos e novos materiais, além da evolução da engenharia genética e novas fontes de energia. Se o intenso aumento da produtividade do trabalho nos países capitalistas centrais tem, de um lado, significado acúmulo de riquezas para a burguesia e melhorias nas condições de vida para alguns setores da população daqueles países, de outro tem imposto uma série de prejuízos para amplas parcelas de trabalhadores e suas organizações sindicais. O desemprego é crescente e, apesar da existência de um sistema previdenciário que garante alguma proteção social, atinge 30 milhões de trabalhadores, 8,5% da população atual dos países industrializados; as novas tecnologias sob controle do capital estão destruindo direitos trabalhistas históricos, além da diminuição crescente do peso relativo da classe operária industrial e do crescimento do trabalho indireto no setor de serviços. A desqualificação do trabalhador é intensa e o poder do capital aumenta frente à diminuição do número de trabalhadores sindicalizados, de 26%

nos anos 1950 para 15% atualmente, além das dificuldades crescentes de mobilização sindical nas potências capitalistas.

O Terceiro Mundo paga a conta

Os povos do chamado Terceiro Mundo, que concentram quatro quintos da população mundial, mas repartem apenas um quarto da produção do planeta, estão servindo de fonte de financiamento deste processo de investimento nas inovações tecnológicas para os países capitalistas avançados. A dívida externa é o grande mecanismo de dominação econômica e política. E principal instrumento de transferência crescente de riquezas dos povos do Terceiro Mundo para as potências imperialistas. A intensa concentração de capital e poder nos países imperialistas está associada a uma internacionalização acelerada da economia capitalista, através do domínio progressivo das grandes empresas transnacionais que controlam os setores vitais das economias nacionais.

Ao mesmo tempo, nesses países, formaram-se e cresceram monopólios nacionais associados ao capital internacional, sem autonomia sobre o setor de meios de produção, especialmente o de máquinas avançadas e de componentes eletrônicos sofisticados como *chips*, turbinas etc. Os capitalistas destes países, dessa forma, tiveram como opção para o seu enriquecimento acelerado uma estreita política de colaboração com seus parceiros internacionais. Quando atuam em setores estratégicos, tais como informática, eletrônica, indústria bélica e outros, esbarram na falta de autonomia tecnológica.

A dívida externa e o processo de expropriação de riquezas por ela imposto aos povos do Terceiro Mundo têm significado um aumento crescente do desemprego, grande arrocho nos salários reais, ataques contra a previdência e demais serviços públicos, deterioração das condições de vida e violências patronais contra os direitos sindicais.

Para pagá-las, as classes dominantes lançam mão de quase todos os recursos obtidos com sua principal fonte de divisas, o comércio exterior. Os produtos obtidos através de enormes sacrifícios dos trabalhadores





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



apresentam-se com preços cada vez mais baixos no mercado externo. Ao mesmo tempo em que se exportam quantidades cada vez maiores de minérios, produtos agropecuários, calçados, têxteis, automóveis e outros bens de consumo, recebe-se, em contrapartida, menores somas de dólares pelo seu pagamento.

A acelerada automatização da produção nos centros de capitalismo desenvolvido gera milhões de desempregados nos EUA, Europa Ocidental e Japão. Isso estimula medidas protecionistas contra a importação dos produtos dos países como o Brasil. Por outro lado, a crescente automatização da produção, mecanização e quimização da agricultura dos países desenvolvidos tornou, de uma maneira geral, os produtos de países como o Brasil (minérios, produtos agropecuários, bens de consumo etc.) menos consumidos no mercado internacional. Em contrapartida, os produtos da tecnologia sofisticada são cada vez mais necessários ao funcionamento da economia dos países menos desenvolvidos. Dessa forma, a cada ano, para manter o pagamento da dívida, as classes dominantes e seus governos são obrigados a implementar uma política de arrocho salarial, incentivos fiscais e estímulos à exportação, única forma de combinar a possibilidade de venda dos nossos produtos a preços mais baratos no mercado internacional com a manutenção de seus gigantescos lucros.

Na América Latina e no Caribe o processo de crescimento está praticamente estagnado; a produção média por habitante não cresce há dez anos; milhões de empregos desapareceram e somente na década de 1980 o desemprego cresceu 50% no continente, sendo 15% a taxa de desemprego aberta; e o subemprego é superior a 35%, segundo a própria OIT.

Nossos países convivem com a crescente internacionalização das empresas, enquanto os credores internacionais continuam a exigir uma transferência de capital equivalente a 5% do PIB do continente por ano. O grande capital financeiro internacional tem sido o grande instrumento de expropriação de riquezas e imposição das políticas econômicas recessivas através do FMI e do Banco Mundial. Ao mesmo tempo crescem as ações e ameaças militares por parte do governo imperialista dos EUA na América Central, além do impulso à indústria bélica e ao armamentismo das forças armadas nos diversos países da região.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE

A transnacionalização e o fortalecimento dos setores exportadores impõem uma maior concentração de poder no interior da classe dominante e modificam o padrão de acumulação de capital, o que implica grandes mudanças para a classe trabalhadora. As consequências desta crise para a luta sindical dos trabalhadores são múltiplas e complexas. De um lado, debilitam um setor da classe trabalhadora ao destruir a base produtiva e aumentar o desemprego e o subemprego, afetando especialmente a juventude e, em particular, a mulher discriminada pelo mercado. Este processo de desagregação social promove o desespero e a marginalidade crescente. De outro lado, as reivindicações sindicais tendem a se transformar em demandas que se defrontam com toda a lógica imposta pelo capital transnacional e exigem respostas mais amplas, organizadas e de qualidade política superior. O sentimento antiimperialista e as reivindicações democráticas e populares dependem cada vez mais do avanço político e organizativo da classe trabalhadora, e o movimento sindical joga um papel histórico decisivo. Neste processo, a desigualdade nas relações econômicas, a dívida externa e todas as ações imperialistas, ao mesmo tempo em que são elementos de reprodução do capitalismo mundial, agravam cada vez mais as contradições econômicas desse regime, minando suas bases, especialmente nos países menos desenvolvidos.

Esse quadro abre enormes tarefas políticas para os trabalhadores, que, ao impulsionarem suas reivindicações e sua organização, se confrontam diretamente com o sistema de dominação no interior de seus próprios países e na esfera mundial.

Esta recomposição orgânica do movimento sindical e popular encontra inúmeras dificuldades para articular a luta cotidiana dos trabalhadores pelos interesses mais imediatos e mais globais que a crise impõe. No entanto, são inegáveis os grandes avanços políticos dos trabalhadores em todo o continente latino-americano.

Resistência e luta dos trabalhadores latino-americanos

Em praticamente todos os países do continente foram realizadas grandes greves, incluindo greves gerais e manifestações de massa, tendo como um dos eixos principais a dívida externa e todas as suas consequências.

O movimento sindical no continente vem desenvolvendo também grandes ações de massa para impulsionar as conquistas políticas e democráticas dos trabalhadores no Cone Sul (Argentina, Chile, Bolívia, Uruguai, Paraguai e Brasil), freqüentemente ameaçadas de retrocessos políticos pelas forças reacionárias e golpistas. Na América Central, a luta revolucionária em defesa das conquistas das revoluções cubana e sandinista e pela libertação nacional dos povos de El Salvador e da Guatemala continua avançando, apesar de todas as agressões promovidas pelo imperialismo do governo dos EUA.

Todo este processo de lutas sindicais e populares e a tentativa de resistência dos povos do continente aos efeitos devastadores da crise imposta pela dívida impulsionam o movimento sindical do continente a buscar novas formas de articulação e luta, conscientes de que não basta clamar pelo não-pagamento da dívida. Esta luta faz parte do processo de liquidação do capitalismo no interior de cada país.

Além disso, é importante acompanhar as mudanças que hoje se verificam nos países do bloco socialista, e que poderão trazer novas contribuições para a construção do socialismo.

Conjuntura econômica: pressão dos credores, recessão e crise política

Concessões aos credores e política de arrocho

O governo da Nova República, formado pela Aliança Democrática, mantém, na prática, a mesma orientação conservadora do regime militar. Sua política antipopular está voltada para atender os interesses da burguesia nacional e transnacional, sob a tutela das forças armadas.

Depois do fracasso do Plano Cruzado o governo abandonou completamente suas aspirações à popularidade. Após a tentativa de “solução de compromissos” representada por Bresser Pereira, enterrou de vez os planos dos “economistas do PMDB” que pregavam um desenvolvimento capitalista com justiça social, a partir de uma economia fortemente regulamentada pelo Estado – para abraçar o lado contrário. Preocupado em consolidar seu respaldo junto ao grande capital, ao latifúndio e ao alto escalão das Forças Armadas, Sarney



adotou o chamado “neoliberalismo econômico”, que nada mais é do que a velha receita conservadora. Em última instância implica o aprofundamento do processo de internacionalização e dependência da economia brasileira, de monopolização, desestatização e penalização da vida da grande maioria da população, através dos aumentos das tarifas públicas, da eliminação dos subsídios aos gêneros de primeira necessidade e, sobretudo, do arrocho salarial.

O governo Sarney está promovendo uma série de concessões estratégicas aos credores internacionais, entre as quais o retorno formal aos programas de ajuste recessivo impostos pelo FMI para viabilizar os saldos comerciais e as transferências crescentes de recursos para o exterior. Esta política compromete o crescimento econômico, aprofunda a perda de competitividade tecnológica, fortalece o atraso histórico e descarrega sobre os trabalhadores todas as suas conseqüências, na forma de desemprego crescente (que já atinge índices superiores a 10% da força de trabalho), intenso arrocho salarial (que só no último ano corroeu em cerca de 34% o salário real) e deterioração nas condições de vida e trabalho.

O governo Sarney está transferindo, em 1988, 11,3 bilhões de dólares para os credores internacionais, além das transferências de lucros e outros serviços. É neste quadro de tendência ao agravamento da crise internacional, e de ausência de reservas cambiais, destruídas pela utilização do Plano Cruzado como cabo eleitoral do PMDB e do governo em 1986, que Sarney negocia a volta ao FMI.

Recessão econômica e hiperinflação

Atendendo às exigências do FMI, o governo já implantou as seguintes medidas recessivas:

- corte nos investimentos públicos, especialmente das estatais que são responsáveis pela infra-estrutura básica como transporte e energia;
- corte nas verbas destinadas aos programas sociais, especialmente habitação, saneamento, saúde e educação;
- arrocho salarial mais intenso sobre o funcionalismo, com a retirada da URP;



• manutenção de elevadas taxas de juros no mercado interno, associada a todas as formas de especulação de capital.

A política recessiva do governo tem sido relacionada ao déficit público e ao colapso das finanças do Estado. O problema do déficit público é basicamente financeiro e está diretamente associado à dívida externa.

Nos últimos anos, a política econômica do governo permitiu que as empresas privadas transferissem a maior parte de sua dívida acumulada para o Estado, responsável, hoje, por 80% da dívida externa. Além disso, 53% da arrecadação tributária estão comprometidos com o pagamento de juros. No entanto, as concessões do governo não são apenas no sentido de implantar a recessão para sustentar os saldos comerciais crescentes, mas vão muito além disso e têm conseqüências decisivas para a luta dos trabalhadores. O governo, através de leilões, iniciou a conversão da dívida externa em patrimônio produtivo. Isto é, os credores internacionais poderão adquirir, por um preço bem abaixo do seu valor, empresas nacionais, principalmente estatais rentáveis e de setores-chave.

Todo esse contexto tem estado associado a um quadro de hiperinflação, com a corrosão violenta e acelerada dos salários e com a aceleração dos índices de desemprego.

A gravidade da crise econômica e seu impacto sobre a vida cada vez mais difícil dos trabalhadores coloca grandes desafios para a CUT, que não pode limitar a sua atuação às conseqüências sociais da crise; terá que articular as lutas de resistência com estratégias de intervenção e promoção de mudanças profundas na sociedade brasileira.

A política de dominação em um país de contrastes

O desenvolvimento capitalista acelerado do país sempre se deu com profundas contradições sociais, marca da vida política nacional. Mais de 86 milhões de brasileiros (cerca de 65% da população) passam fome, consumindo menos de 2.240 calorias/dia, enquanto a concentração de renda impõe a 64,7% da população economicamente ativa uma remuneração inferior a dois salários mínimos mensais. Mais de 28 milhões de





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



trabalhadores adultos são analfabetos e 8,5 milhões de crianças em idade escolar estão fora da escola. Estes e outros indicadores sociais contrastam fortemente com as taxas de crescimento históricas e com a imensa potencialidade de crescimento do país.

Essa história de opressão e exploração, associada ao impasse resultante de um padrão de acumulação baseado no endividamento externo, praticamente impede a classe dominante de sustentar de forma estável e duradoura um projeto político hegemônico, que consiga fazer do seu interesse de classe o interesse de amplas parcelas da população.

Porém, a classe dominante construiu uma poderosa e moderna estrutura de dominação de classe, que inclui a ação coercitiva-repressiva do Estado para, através da violência policial associada a um processo de expansão e modernização do aparelho militar repressivo, garantir os interesses e privilégios da elite dominante.

Paralelamente, a classe dominante mantém um rígido controle sobre os modernos aparelhos ideológicos, como a televisão e demais meios de comunicação de massa, através dos quais procura garantir bases mínimas de consenso e legitimidade.

A crise política na transição conservadora

Constituinte

Diante do esgotamento dos governos militares, a classe dominante engendrou o processo de “transição”, conservador e negociado. A convocação de um Congresso Constituinte objetivou buscar a legitimação da nova ordem imposta pela burguesia, tornando o parlamento um fórum onde a classe dominante resolve suas divergências internas e reveste sua dominação sob o manto da legalidade com processos eleitorais viciados e comandados pelo poder econômico. Foi apostando nesse caminho que o PMDB e a “Aliança Democrática” articularam a proposta de pacto social e o Plano Cruzado, que serviu, fundamentalmente, para dar ao PMDB a maioria no Congresso Constituinte e nos governos estaduais.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

O Congresso Constituinte, que está terminando seus trabalhos, não é, e nunca foi, o desejado pelos trabalhadores. Não foi uma Constituinte livre, democrática, soberana e exclusiva, que atendesse as reivindicações do povo: terra, salário, emprego e liberdade.

Já em 1986, o 2º Congresso Nacional da CUT denunciava fatos consumados: o pacto de transição entre Sarney, os militares e a burguesia, a manutenção do entulho autoritário, a convocação de um Congresso com poderes constituintes composto segundo as normas baixadas pelos governos militares (senadores biônicos, distorção no número de deputados e no tempo gratuito para propaganda, entre outros). Sem falar nas caixinhas eleitorais milionárias do poder econômico!

O 2º Congresso Nacional decidiu intervir e pressionar o Congresso Constituinte, juntamente com entidades populares e partidos democráticos, em defesa dos direitos dos trabalhadores. É preciso destacar que foi correta a sua posição. Uma central sindical não pode ignorar o que se passa no campo institucional quando estão em jogo os direitos dos trabalhadores.

A pressão exercida, porém, não foi suficiente para reverter o caráter conservador da Constituinte, composta majoritariamente por representantes das classes dominantes. Na eleição que os elegeu, como já havíamos previsto, predominaram o poder econômico e as dificuldades e contradições da consciência política da maioria da população.

A avaliação dos resultados da Constituinte deixa claro que muitas reivindicações não foram alcançadas. Vários direitos não estão inscritos. As Diretas Já foram derrotadas e Sarney garantiu seus cinco anos. A estrutura sindical, embora registre algumas modificações, não assegura a ampla liberdade de organização que a classe trabalhadora brasileira exige. Sobretudo, a nova Carta se ergue contra a reforma agrária – marcando inclusive um retrocesso em relação ao Estatuto da Terra redigido pelos militares – e define as Forças Armadas como fiadoras e guardiãs da Constituição, colocando, portanto, a sociedade brasileira sob tutela militar, num permanente convite ao golpe, cuja realização está, de antemão, juridicamente legitimada. Mas é impossível não reconhecer que houve conquistas no novo texto constitucional.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



Estas foram o resultado do inteligente e firme trabalho desenvolvido pelos parlamentares identificados com a causa da classe trabalhadora, respaldados pelo amplo processo de mobilização (destacando-se os cartazes de denúncia dos “traidores do povo”) que a CUT e demais entidades populares levaram a cabo, embora nem sempre com a homogeneidade, a clareza e o empenho necessários. Foi a partir dos abaixo-assinados pelas emendas populares, da pressão exercida através das passeatas, dos protestos, das greves e das caravanas ao Congresso Constituinte, que alguns direitos sociais dos trabalhadores foram aprovados na nova Constituição. O mais importante de todos é o direito de greve, antiga reivindicação da classe trabalhadora brasileira. Outros são a redução da jornada de trabalho, salário-férias de um terço, extensão para cinco anos do prazo para prescrição de ações trabalhistas, licença-paternidade, aumento da licença-maternidade, máximo de seis horas para turnos ininterruptos, verbas vinculadas para o seguro-desemprego, aposentadoria com salário integral, direitos trabalhistas iguais para trabalhadores rurais e urbanos. Também houve avanços políticos: voto aos maiores de 16 anos, maior liberdade de organização partidária, reforço dos poderes do Legislativo, redução do poder arbitrário do Executivo, mandado de injunção, iniciativas legislativas populares.

Em que pesem estas conquistas, o 3º Concut entende que devemos denunciar o caráter global profundamente antipopular da nova Constituição e não reconhecer no projeto global nenhuma legitimidade para cercear a democracia, as reivindicações e as lutas do povo. A luta continua!

Considerando este caráter, o 3º Concut apóia o voto contra o texto global e procurará, na data da sua assinatura, divulgar as considerações desta resolução.

Aos trabalhadores, o 3º Concut aponta firmemente a necessidade de garantir a efetivação dos direitos inscritos na nova Constituição e, ao mesmo tempo, dentro e fora dos marcos institucionais, intensificar a mobilização no sentido de conquistar as reivindicações negadas pela maioria conservadora.

Mandato de Sarney

Outro elemento importante do processo político de transição conservadora refere-se à questão do



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



mandato Sarney. Apesar do evidente esgotamento de seu governo e ignorando o imenso sentimento de insatisfação popular existente em todo o país, Sarney forjou uma base de sustentação parlamentar para prorrogar seu mandato ilegítimo, recorrendo, para isso, ao clientelismo, ao fisiologismo e à corrupção.

É baixíssimo o grau de representação política do governo Sarney. Mesmo assim, as classes dominantes preferiram arcar com o desgaste político de garantir-lhe cinco anos de mandato do que correr o risco de eleições presidenciais ainda em 1988.

O 3º Concut propõe que, juntamente com outras entidades populares, devemos pressionar os partidos de oposição à esquerda do governo no sentido de encontrar um denominador comum, tanto em nível programático quanto no de ação prática imediata, voltando-nos para a inviabilização política do governo Sarney através de uma plataforma política democrática e popular que apresente pontos como estatização do sistema financeiro, reforma agrária ampla e sob controle dos trabalhadores, democratização dos meios de comunicação, não-pagamento da dívida externa, saúde e educação pública e gratuita, habitação e transporte a baixo custo.

Eleições municipais

As eleições municipais que se realizam este ano revestem-se da maior importância. Centenas de candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador vão disputar os votos de 70 milhões de eleitores em quase 5.000 cidades do país. Para grande parte do povo, as eleições e as campanhas eleitorais constituem uma das raras oportunidades de intervenção política, apesar de todas as precariedades e omissões dessa forma de participação. O que vai se renovar em 15 de novembro de 1988 é um conjunto de prefeituras e câmaras municipais eleitas em 1982, isto é, ainda em plena vigência da ditadura militar e da hegemonia do PDS.

O fato de que as eleições municipais se realizem este ano sem as eleições presidenciais – ao contrário do desejo popular – não é suficiente para tirar deste pleito de 1988 o caráter plebiscitário representado por renovação de tal porte. Inevitavelmente os problemas locais estarão vinculados aos problemas regionais e aos





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



grandes temas nacionais da dívida externa, da inflação, da carestia, do desemprego, da recessão, do arrocho salarial, da corrupção. Inevitavelmente estarão em cena a concentração da renda e da propriedade, a opressão econômica e a repressão política contra a classe trabalhadora.

Assim, as eleições municipais deste ano vão se constituir, de fato, num grande momento e numa grande arena de embate político de mobilização dos trabalhadores. De luta de classe, enfim. Embora as eleições, municipais ou outras, não substituam as lutas políticas e econômicas populares que se dão no cotidiano das fábricas, dos escritórios e do campo, constituem um momento privilegiado para que a classe trabalhadora dê um salto de mobilização, organização e radicalização.

As eleições municipais de 1988 trarão não apenas uma sensível modificação no quadro partidário e no panorama político nacional, mas também servirão de parâmetro para as eleições presidenciais do próximo ano.

O 3º Concut, portanto, conclama a classe trabalhadora a participar ativamente das eleições municipais, para mobilizar, organizar e elevar o nível de consciência da população e eleger os candidatos cujos programas mínimos e prática política estejam comprometidos com as reivindicações, resoluções e a plataforma de lutas aprovadas neste congresso.

A conjuntura do campo: desenvolvimento capitalista e luta de resistência

O avanço acelerado do capitalismo está impondo um quadro de transição econômica, social e política no campo com profundas implicações para a estratégia sindical da CUT. De um lado, assiste-se à concentração crescente da renda e da terra, de outro, mudanças nas relações de trabalho, em meio a graves desequilíbrios regionais e concentração acelerada das relações de poder pelo grande capital monopolista e latifundiário.

Transição acelerada: executivos substituem os coronéis

Algumas características deste processo histórico de transição são:

- A substituição do latifúndio tradicional pelas grandes empresas e propriedades pertencentes aos grandes



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



grupos econômicos nacionais e transnacionais, promovida pela própria política agrícola e agrária oficial, através de várias formas de incentivos, especialmente fiscais. Este processo tem implicações políticas, com a tendência de desaparecimento dos antigos coronéis, que estão sendo substituídos por jovens executivos que agem em nome destes grandes grupos. Mas todos eles, coronéis e executivos, ainda exercem forte influência política, principalmente eleitoral.

- Continuidade do processo de expulsão sumária e violenta dos camponeses. Em menos de 20 anos a migração do campo para as cidades envolve mais gente do que toda a população da Argentina. Ao mesmo tempo, mais da metade dos trabalhadores do campo já são assalariados. Nas cidades, o contingente dos expulsos de suas terras faz crescer a oferta de trabalho, rebaixando salários e agravando a miséria nas periferias.

- A política governamental reforça as distorções do avanço capitalista.

A ampliação de infra-estrutura, estradas, armazéns e outros investimentos é utilizada para especulação fundiária, expulsão do trabalhador da terra, assalariamento crescente da mão-de-obra. A concentração da propriedade da terra, os incentivos para a agroindústria de exportação, além de trazer prejuízos e escassez na produção interna de alimentos para a população, elevam o custo de vida, a inflação e fazem avançar a fome.

A diversidade dos trabalhadores no campo

O conflito de classe e as relações sociais no campo são de uma complexidade crescente. Na região Sul, os *integrados*, uma ampla parcela de pequenos produtores que trabalham para uma única empresa e se transformam em assalariados disfarçados e a domicílio, vivem em condições cada vez piores. Os *posseiros* do Norte pagam o INCRA, mas não têm a propriedade regularizada, vivendo atacados e ameaçados pelos jagunços e pistoleiros dos grandes grupos interessados em suas terras.

Os *pequenos proprietários* do Norte, Nordeste e Centro-Oeste enfrentam condições difíceis para manter a propriedade e sustentar a produção com competitividade frente aos grandes grupos favorecidos pela política do



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



governo. De uma forma geral, vendem sua força de trabalho sazonalmente e alguns chegam também a contratar temporariamente mão-de-obra para a colheita.

Há ainda os pescadores, que se espalham pela costa e pelos grandes rios como assalariados ou pequenos proprietários de produção artesanal. Os seringueiros e garimpeiros, que trabalham por conta própria nas piores condições conhecidas pelos homens, além dos últimos 220 mil índios, subdivididos em 150 nações, que conseguiram sobreviver e resistir à voracidade da lógica capitalista. Os trabalhadores madeireiros, em condições subumanas, também constituem uma enorme categoria.

E, finalmente, nas regiões Sul e Sudeste cresce o número de *assalariados temporários*, conhecidos como bóias-frias, que, conjuntamente com os assalariados do Nordeste, sustentam as lavouras de exportação como as de cana, cacau, laranja, café, juta e outras.

Este quadro complexo está presente na vida associativa dos sindicatos, onde convivem interesses concretos diferenciados de pequenos proprietários, assalariados, posseiros e sem-terra.

Um desafio: a unidade na diversidade

Os obstáculos a uma política sindical combativa no campo não estão apenas na diversidade de interesses ou nos pelegos encastelados nas federações e nos sindicatos. A política do governo, a serviço do latifúndio, vem recebendo recursos crescentes de agentes financeiros nacionais e internacionais como Banco Mundial, Bird e outros programas de empréstimos externos, para promover a implantação de associações paralelas, para dividir a organização sindical dos trabalhadores rurais. A LBA – Legião Brasileira de Assistência –, a Funabem – Fundação do Bem Estar do Menor –, além da Fundec e da Emater são utilizadas regularmente como instrumentos desta política de organizar associações que servem para dividir e enfraquecer o movimento sindical no campo.

São imensas as dificuldades e os desafios da luta dos trabalhadores no campo. No entanto, é exatamente aí que estamos assistindo aos mais rápidos avanços da luta popular no país.





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

O crescimento do capitalismo no campo coloca um quadro extremamente complexo de interesses no seio da própria classe trabalhadora. O capitalismo, longe de unificar os interesses dos trabalhadores, procura dividi-los. O latifúndio e os grandes grupos econômicos procuram jogar os trabalhadores do campo uns contra os outros. E, muitas vezes, alguns setores não se sentem plenamente contemplados pelas ações sindicais, pelas pautas de reivindicações e pelas formas de luta.

Unificar este conjunto de interesses e reivindicações dos trabalhadores do campo é uma questão estratégica para a classe trabalhadora brasileira. E é um dos grandes desafios para a CUT, que tem também que enfrentar a relação campo/cidade, para que os trabalhadores construam na prática sua unidade de classe.

No entanto, não será possível construir esta política se não contemplarmos os interesses concretos e específicos de vários segmentos de trabalhadores no campo, submetidos a relações de trabalho e conflitos diferenciados. Os sem-terra, posseiros, assalariados temporários, assalariados permanentes, pequenos produtores são segmentos da classe que possuem seus próprios interesses e que são e devem ser parte da luta unificada da classe trabalhadora.

A CUT deve ter como uma de suas prioridades, no próximo período, impulsionar a luta sindical e sua implantação entre os trabalhadores assalariados. Estes são a camada mais numerosa dos trabalhadores explorados do campo, e suas lutas por melhores salários, pelo direito à sindicalização, pela aplicação dos direitos trabalhistas são estratégicas no processo geral de luta no campo.

O inimigo de classe é um só, o grande capital latifundiário, apoiado abertamente pela política do governo. Um inimigo que se organiza politicamente na UDR, que tenta modernizar seu discurso, enquanto, paralelamente, organiza a violência legal e clandestina contra os oprimidos e explorados no campo.

A UDR é hoje a grande responsável pela violência do latifúndio e das grandes empresas no seu avanço sobre as terras dos posseiros e povos indígenas. Sob seu estímulo, roças e moradias são queimadas, mulheres e crianças são violentadas e as lideranças dos trabalhadores rurais são sistematicamente assassinadas. Paralelamente, a UDR tenta encampar bandeiras de política agrícola que interessam



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIR





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



diretamente aos pequenos proprietários, procurando atraí-los para sua política criminoso e anti-social.

A CUT, para emergir como a grande referência da luta dos trabalhadores do campo, terá que fortalecer o Departamento Rural em todos os estados e regiões e promover um trabalho incansável de reflexão, organização e participação efetiva dos trabalhadores rurais na definição da estratégia de trabalho e nas grandes decisões da central sindical.

Evolução das lutas sindicais

A estratégia da Nova República

A Nova República tem procurado evitar a intervenção direta nos sindicatos através do Ministério do Trabalho. Em nome do Estado de Direito, que garante basicamente os direitos da burguesia, o governo está transferindo para a justiça e para os patrões a repressão formal e informal do movimento sindical.

A justiça se baseia na legislação sindical criada pelo Estado Novo, que permaneceu praticamente intacta. Os patrões, amparados pela legislação que os favorece, recorrem sistematicamente à repressão policial com o apoio até mesmo das Forças Armadas.

Observa-se, diante disso, que os crimes aos direitos sindicais continuam a ocorrer de forma generalizada no país com total conivência e estímulo do governo. Os dirigentes sindicais e militantes da CUT continuam perseguidos pelos patrões nos locais de trabalho, demitidos sob qualquer pretexto, e nem mesmo a estabilidade sindical é respeitada. No campo, os assassinatos e outros crimes contra os dirigentes rurais continuam a ocorrer, estimulados pela impunidade de mandantes e jagunços.

Por outro lado, as classes dominantes procuram incentivar o chamado “sindicalismo de resultados”, facilitando seu acesso aos meios de comunicação e incentivando as alianças com o empresariado. Essas iniciativas no seu conjunto visam limitar o raio de ação do sindicalismo classista, combativo e de massas e, ao mesmo tempo, tentar promover a política de colaboração de classes.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE





Contra o pacto social

Com o aprofundamento da crise econômica e social no país, provocado pela incapacidade do projeto da burguesia de dar respostas aos anseios da população, mais uma vez vem à tona a proposta de pacto social, em que a burguesia e o governo Sarney contam com a ajuda de Medeiros-Magri, agentes do capital no seio do movimento operário.

A CUT entende que não pode haver pacto entre desiguais e que nesse tipo de pacto os trabalhadores só têm a perder.

Por isso a CUT se manifesta firmemente contra qualquer tentativa de acordo ou pacto que tenha por objetivo retirar conquistas ou restringir a liberdade que a classe trabalhadora deve ter para avançar nas suas conquistas.

Apesar de todo este esforço da burguesia, não foi possível deter o avanço das lutas e da CUT. Mesmo diante deste quadro extremamente desfavorável, agravado ainda mais pela crise econômica, as greves e mobilizações continuam, indício importante do ascenso das lutas sindicais.

Para se ter uma idéia deste ascenso, basta considerar a evolução das greves no período 1982/1987.

EVOLUÇÃO DAS GREVES

Ano	Greves	Grevistas	
192	147	695.930	
1983	330	3.187.130	
1984	443	1.616.790	
1985	676	6.071.214	
1986	1.267	8.254.140	
1987	1.052	12.047.000	

Fonte: DESEP/CUT. Indicadores obtidos através da imprensa, sindicatos, Ministério do Trabalho e DIEESE.

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



O desempenho da CUT

Neste processo de lutas, que envolveu todas as categorias profissionais e todas as regiões do país, a CUT teve uma participação decisiva:

- 1) A CUT cumpriu um papel importante na denúncia e na resistência ao Plano Cruzado, um verdadeiro engodo para a classe trabalhadora.
- 2) A análise correta e o posicionamento político firme e classista da CUT permitiram a deflagração, sob nossa iniciativa, da grande greve de 12 de dezembro de 1986, que se transformou na maior Greve Geral na história do país, e que foi a grande resposta da classe ao governo Sarney e à sua política econômica antipopular.
- 3) A decisiva atuação da CUT impediu a realização de um pacto social, proposto pelo governo e apoiado pela CGT, que certamente jogaria sobre os trabalhadores o ônus da crise.
- 4) Cresceu a presença da CUT no setor público. As greves no funcionalismo, em suas diversas categorias, passaram a ser, nos últimos meses, responsáveis por mais de 213 dos movimentos realizados, registrando-se inclusive longos e duros enfrentamentos com a política de arrocho salarial do governo Sarney.
- 5) Momentos importantes foram as greves dos trabalhadores assalariados, os grandes acampamentos dos trabalhadores sem-terra exigindo reforma agrária, os cercos feitos às prefeituras e agências bancárias em várias cidades do interior, com máquinas e equipamentos agrícolas, para protestar contra a política agrícola do governo, e as campanhas de denúncia contra a violência, os assassinatos e a impunidade.
- 6) A CUT ocupou um amplo espaço na luta pelo não-pagamento da dívida externa, promovendo e participando de encontros internacionais que apontaram para a unificação da luta no continente latino-americano. A CUT teve um papel decisivo na organização da Conferência Latino-Americana e Caribenha contra a Dívida Externa, que é um novo marco histórico e cujas deliberações abrem todo um novo caminho de luta e unidade entre as centrais sindicais do continente.
- 7) na greve do dia 20 de agosto de 1987 a CUT cometeu erros de avaliação e encaminhamento:



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



- em primeiro lugar, ao contrário da experiência vitoriosa do dia 12 de dezembro, o intervalo entre a decretação e a data da greve foi muito longo, 70 dias. Este intervalo permitiu aos patrões e ao governo montarem uma contra-estratégia, utilizando-se especialmente do clima de recessão e da ameaça de demissões para debilitar o movimento;

- em segundo lugar, a derrota da CUT nas eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo mudou o cenário sindical e permitiu que a ação de agentes patronais no seio do movimento sindical impedisse a unidade de ação, promovendo todo o tipo de confusão e divisão, desde discussões sobre as bandeiras do movimento até a data da greve, contando com amplo espaço nos meios de comunicação;

- em terceiro lugar, neste período, como havia sido previsto pelas análises da CUT, ocorreram mudanças importantes na política econômica, especialmente o Plano Bresser, que aprofundou o arrocho de salários mas também serviu para confundir a ação sindical e a pauta do movimento na conjuntura;

- finalmente, as dificuldades que vinham surgindo na formação dos comandos de base e a pequena participação nas assembleias e mobilizações contribuíram para a CUT mudar as datas, na tentativa de avançar o nível de organização e mobilização e para garantir a unidade de ação entre CUT e CGT. O efeito desta decisão, longe de alterar o quadro, contribuiu para ampliar a insegurança e a desmobilização.

Apesar de todo este processo, o movimento no Norte e Nordeste e em algumas cidades e regiões do Sul foi maior do que na greve do dia 12, mas nos grandes centros urbanos foi muito inferior. A CUT deve extrair as lições das greves do dia 12 de dezembro e do dia 20 de agosto para efetivamente construir parâmetros consistentes na construção e convocação de greves gerais, tendo claro que cada conjuntura deverá exigir uma análise cuidadosa e rigorosa para que sejam grandes movimentos políticos de toda a classe.

8) Como já foi mencionado, foi correta a política da CUT frente à Constituinte definida democraticamente no 2º Concut. Foi correto o esforço da CUT em coletar assinaturas para as emendas populares que traduziam as principais reivindicações levantadas em nossas campanhas de luta. Instrumento de propaganda e mobilização, era uma forma prática e concreta de opor a soberania popular (aquilo que o povo quer) a uma



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

Constituinte reacionária (denunciada como tal desde o 2º Concut). Foi correta a participação da CUT na constituição da Frente Nacional de Entidades Sindicais, Populares e Democráticas que, em sua declaração “A maioria somos nós”, se colocava na linha de defesa destas mesmas emendas populares e apontava a organização e luta como condição básica para a conquista do direito dos trabalhadores, além de ter afirmado que uma Constituinte que não respeitasse a vontade da Nação não seria por ela respeitada. Foi correta a denúncia incansável da CUT diante do caráter reacionário do Congresso Constituinte e frente à atuação dos parlamentares, como no episódio do cartaz denunciando os “traidores do povo”, que se transformou em um importante instrumento de pressão.

Ao mesmo tempo em que procurava defender de todas as formas os interesses dos trabalhadores na Constituinte, a CUT esteve à frente da ampla maioria dos movimentos grevistas e demais formas de luta no campo e nas cidades, sendo que em 1987 mais de 12 milhões de trabalhadores entraram em greve, sob a direção ou acompanhamento da CUT.

Entretanto, a falta de uma perspectiva de centralização e unificação da pressão, que tivesse como saldo um organismo nacional enraizado nos estados e municípios com participação de delegados de base (e não apenas um órgão “suprapartidário” de cúpula), teve reflexo direto na dispersão das caravanas a Brasília, que embora numerosas foram setorizadas (professores saíam, rurais chegavam etc.) e espalhadas ao longo do calendário. E as caravanas iam, chocavam-se com a maioria reacionária da Constituinte e voltavam para seus locais de origem sem que tirássemos saldos organizativos que unificassem todos em torno de uma plataforma de lutas que as próprias emendas populares forneciam (terra, educação, salário, liberdade sindical etc.).

9) A CUT avançou também na criação de novas formas de luta e iniciativas nas campanhas salariais, como o contrato coletivo de trabalho, que abre novas perspectivas para a luta em defesa da liberdade sindical.

Concluindo, a CUT cumpriu, neste período, o seu papel de representação classista e combativa da classe trabalhadora, e, apesar das dificuldades e dos erros, foi esta concepção e prática que a transformou na mais importante organização de luta popular do país. Porém, o elemento decisivo para sustentar o avanço das lutas e da



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE

CUT para enfrentar os grandes obstáculos que estão surgindo nesta conjuntura está na sua consolidação orgânica.

Recessão, desemprego e luta sindical

A tendência ao ascenso das greves que vêm se verificando desde 1984 pode começar a sofrer uma certa reversão. No primeiro trimestre de 1987 ocorreram 345 greves, mobilizando 2.357.116 grevistas. Em 1988, para o mesmo período, foram deflagradas 178 greves, com um total de 1.077.144 grevistas. Esta queda está se dando principalmente no setor privado, que está sendo responsável por apenas 22% das greves nos últimos meses. Mas, mesmo entre o funcionalismo, que é o setor mais mobilizado da classe e que está sofrendo um violentíssimo arrocho salarial, o volume de greves é menor do que o de 1987.

O desemprego crescente e o início de uma recessão mais acentuada na economia são alguns elementos presentes e que precisam ser levados em conta na análise, porque, na evolução das lutas sindicais, a defesa da estabilidade no emprego já está presente em 21% das greves, contra apenas 3% em igual período do ano anterior.

No entanto, neste momento, os trabalhadores estão lutando contra os patrões, o governo e o FMI. Existe uma polarização da luta de classes no país. De um lado o ataque do governo e do outro a reação dos trabalhadores com suas greves nas cidades e ocupações de terras no campo. De janeiro até agosto deste ano já tivemos mais de 4 milhões de grevistas, incluindo a primeira greve nacional de 48 horas dos trabalhadores das estatais, em maio, confirmando que existe um poderoso ascenso no país.

Nestes últimos meses tivemos greves importantes contra a política econômica do FMI e do governo, como no Banco do Brasil, Eletrosul, Caixa Econômica Federal e em particular a heróica luta dos trabalhadores dos Correios em São Paulo. Essas greves aprofundaram a crise política do governo. Assim, apesar de ter tido apoio da maioria do empresariado e dos bancos estrangeiros para os cinco anos e para implementar os planos econômicos de arrocho e entrega do país ao imperialismo, Sarney tem cada vez mais dificuldades em sua base de sustentação, não consegue se impor e vai revelando cada vez mais sua fraqueza para garantir a





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

implantação até o fim dos planos pelos quais recebeu o apoio patronal. A nova onda de greves que se avizinha (bancários, petroleiros, previdenciários) deverá acentuar esse processo de crise do governo.

Para enfrentar os novos desafios

Todo o ascenso de lutas permitiu um avanço da CUT frente ao peleguismo em praticamente todas as frentes e regiões do país. Conquistamos novos sindicatos, formamos inúmeras oposições sindicais e avançamos na construção da CUT. Existem, entretanto, debilidades orgânicas, dispersão de esforços e uma enorme dificuldade de unificar nacionalmente as pautas de reivindicações e as lutas em torno das campanhas da CUT. O corporativismo e a dispersão imposta pelas datas-base dificultam profundamente a unidade de ação em um momento em que as respostas de massa e classistas são o principal instrumento de luta frente à política econômica e ao próprio governo Sarney.

A redefinição da estrutura organizativa da CUT, para permitir respostas mais ágeis e unificadas, é um elemento decisivo para o período que se inicia.

Mas o grande desafio que se coloca para a classe trabalhadora é saber avançar em um contexto histórico em que a produção por habitante praticamente não cresceu em dez anos, as recessões econômicas são freqüentes e a dívida externa impede qualquer alteração mais significativa neste quadro.

A defesa dos interesses econômicos imediatos dos trabalhadores está cada vez mais associada à possibilidade de transformações profundas na sociedade. Não há como, de forma isolada e desarticulada, defender salários com inflação crescente, tampouco defender emprego se a recessão econômica se aprofunda, ou mesmo definir uma estratégia local de defesa da terra no campo. Temos que ter novos horizontes para a luta sindical, para que, apoiados na unidade de ação da classe, possamos impulsionar as grandes transformações que a classe trabalhadora reivindica.

Para corresponder a tal dimensão histórica, o 3º Concut dá corpo em suas Resoluções ao compromisso e às tarefas de uma CUT classista, combativa e de massas.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CONCEPÇÃO E PRÁTICA SINDICAL

CUT: Uma nova proposta sindical

A CUT foi construída pela classe trabalhadora, e só por ela, e sempre enfrentou uma feroz e intensa repressão por parte das classes dominantes. A CUT representa uma ruptura com o populismo sindical que manobrava as massas através de promessas assistencialistas e demagógicas para dar sustentação política ao governo. É uma ruptura com o reformismo que limita as reivindicações e conquistas aos limites permitidos pelo governo e pelos patrões. É uma ruptura com o peleguismo que vive à custa do imposto sindical, sob o manto do governo, e que dá as costas para a classe trabalhadora. Enfim, a CUT rompe com todas as formas de conciliação de classes que estiveram presentes nos momentos mais importantes da história brasileira deste século.

Um breve histórico

A CUT nasceu, após as grandes greves do final dos anos 1970, como necessidade dos trabalhadores de unificarem as lutas do campo e da cidade através de uma central sindical nacional. O processo de fundação da CUT enfrentou vários obstáculos, além dos colocados pela ditadura e pelos patrões. Foram inúmeras manobras do bloco pelego e reformista, que se recusou a contribuir para a construção de uma central única em respeito às decisões democráticas da 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras, Conclat, e tentou, ao mesmo tempo, impedir a participação democrática das bases na realização do congresso de sua fundação. No entanto, a vontade de construir a CUT e o avanço político do bloco combativo, responsável pela Greve Geral de julho de 1983, asseguraram a fundação da CUT, em um plenário de mais de 5.000 delegados. No início, além de assumir as principais greves e jornadas de luta dos trabalhadores, a CUT implantou-se com muitas dificuldades nos estados e regiões. Posteriormente, vem se consolidando como central sindical e assumindo o papel de principal organização popular em oposição aos interesses patronais e ao governo e suas





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



políticas. Hoje, a CUT é uma grande referência para as massas, em nível nacional, reconhecida enquanto tal pelas mais diversas forças políticas do país.

1988: novos desafios

A partir de 1988, o grande desafio da CUT é construir-se enquanto direção das lutas do conjunto da classe. Para que isso ocorra, é preciso avançar na sua consolidação orgânica em nível nacional, impulsionar a organização dos trabalhadores nos locais de trabalho e assumir como tarefa política concreta a conquista da liberdade sindical. Para superar esses desafios, é preciso impor-se, na prática, como alternativa de organização sindical dos trabalhadores frente à estrutura sindical oficial. Além disso, é preciso também, dentro da CUT, localizar e superar as concepções sindicais equivocadas que não contribuem para o avanço das lutas, mas sempre a partir do debate aberto e fraterno e com absoluto respeito aos princípios e à prática democrática.

A definição de uma concepção sindical, portanto, é a base para a construção de uma estrutura da CUT que assegure a democracia interna, promova a unidade de ação e impulse a organização sindical de massas, classista, representativa, autônoma e independente.

Das lutas da resistência surge a CUT

O golpe militar de 1964 teve como um de seus objetivos importantes a imediata desarticulação orgânica e a destruição política do movimento sindical, como frente potencial de resistência à estratégia golpista. Além disso, tentou eliminar o que seria, ao longo dos anos, um obstáculo à realização da vontade política das forças reacionárias que assaltaram o Estado. A estratégia política dos golpistas foi se desvendando ao longo dos anos:

1. a invasão de centenas de sindicatos, com a prisão, o espancamento e o seqüestro de milhares de sindicalistas, além da destruição de vários patrimônios dos trabalhadores, especialmente gráficas e arquivos históricos;



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



2. em seguida, utilizando-se do arsenal jurídico já existente na CLT, que assegurava o controle dos sindicatos pelo Estado, e auxiliada por vários abusos legais, a ditadura militar interveio em 2.786 sindicatos em todo o país, cassando os direitos políticos das antigas lideranças;

3. nomeou e articulou uma “nova geração” de dirigentes sindicais pelegos comprometidos com o projeto golpista; passou a controlar detalhadamente as eleições sindicais e as finanças das entidades, enquanto a “legitimidade” de seus representantes se baseava na burocratização e no esvaziamento dos sindicatos, nas fraudes eleitorais e no assistencialismo;

4. eram essas as condições básicas, no plano sindical, para a ditadura implantar a política do arrocho salarial, eliminar o regime de estabilidade anterior e implantar o FGTS, inviabilizar a negociação coletiva e direta e realizar mudanças no modelo de crescimento voltado para a concentração de renda, das riquezas e do poder nas mãos da elite dominante e do grande capital internacional.

Os pelegos, nomeados “dirigentes sindicais” para usufruir da estrutura sindical fascista, dependiam desde então do poder militar repressivo e político das forças golpistas de 1964.

As lutas de resistência nasceram, basicamente, fora e contra o peleguismo encastelado nos sindicatos. Nas, igrejas, associações de bairro, nas casas, os pequenos grupos de resistência foram se formando e assumindo as lutas localizadas, em um quadro de dura e implacável repressão policial. Ao longo dos anos desenvolveram as mais diversas e possíveis formas de luta nas fábricas e no campo, nas difíceis condições impostas pelos patrões, pelo latifúndio, pela ditadura e pela falta absoluta de democracia interna nos sindicatos. Neste processo, formaram-se as primeiras oposições sindicais, que foram as mais avançadas formas de resistência sindical organizadas no campo e nas cidades para aquela conjuntura.

Eram pequenos grupos de militantes, que mantiveram acesa a vontade política de lutar, quase sempre sob rigorosa clandestinidade. Muitos desses militantes foram assassinados, seqüestrados, presos e torturados. O heroísmo e a combatividade desses companheiros permitiram um acúmulo de experiências políticas e subsidiaram a formação ideológica fundamental da concepção sindical da CUT.



Uma central sindical classista

A CUT nasce como desdobramento de todo um ciclo de grandes greves dentro da necessidade da classe trabalhadora de unificar as suas lutas, no campo e na cidade, e dar um salto de qualidade na sua organização sindical. Mas a CUT, desde a sua origem, nasce classista e comprometida em articular nas lutas os objetivos imediatos e históricos da classe trabalhadora.

O sindicalismo classista não reduz o trabalhador a um vendedor da força de trabalho, ainda que parta desta condição imposta pelas relações capitalistas de trabalho para desenvolver sua ação sindical.

O sindicalismo classista considera o trabalhador dentro de um horizonte mais amplo, como classe produtora da riqueza social. Por isso, a luta reivindicatória mais imediata não é um fim em si mesma, porque ela reproduz o trabalho assalariado e, com ele, a exploração capitalista.

São duas as características básicas que definem o sindicalismo classista da CUT:

- 1) a luta por atrair a maior participação possível de trabalhadores;
- 2) a capacidade de organizá-los, em oposição à classe burguesa.

Portanto, o caráter classista da CUT implica articular as lutas imediatas com o projeto histórico da classe trabalhadora. E, nesta condição, assumir o socialismo como perspectiva geral, sempre procurando a participação de todos os trabalhadores, inclusive dos que nem sequer chegaram ainda ao sindicato, e que, infelizmente, em nosso país, ainda são uma parcela muito significativa da classe.

Combater o sindicalismo reformista e de conciliação de classes

O sindicalismo classista se opõe às concepções sindicais que se desenvolveram no final do século passado, nos países centrais do capitalismo, que propunham a adaptação da classe trabalhadora às democracias parlamentares. Isto significa que combatemos o sindicalismo reformista e conciliador de interesses antagônicos, que procura enquadrar as lutas sindicais nos limites alcançáveis dentro do sistema capitalista.





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



No Brasil, a corrente que defende a conciliação de classes se encontra basicamente na Central Geral dos Trabalhadores. No entanto, a CGT é um projeto sindical que sobrevive em função da estrutura sindical fascista. O setor hegemônico no projeto sindical da CGT foi historicamente o peleguismo imposto pelo golpe militar de 1964, o peleguismo que começou nas intervenções sindicais. Recentemente, dentro dessa corrente, começa a se destacar o chamado “sindicalismo de resultados”. A decomposição acelerada do peleguismo tradicional e o crescimento da CUT colocaram a necessidade aos empresários e ao Estado de forjarem uma opção confiável. Uma opção que aceite e não busque romper com os limites consentidos pela classe dominante para a prática sindical.

Essa opção, que aparece como um *neopeleguismo*, tem uma longa trajetória. Em nível internacional, se fortaleceu nos EUA como o *sindicalismo de negócios* para defender o capitalismo como opção histórica, com uma prática desvinculada dos partidos operários e com o objetivo de promover a conciliação de classes.

No Brasil, essa concepção se fortalece a partir de 1963 com a fundação do ICT – Instituto Cultural do Trabalho –, dentro da estratégia das forças golpistas e financiado com capital norte-americano, através do ladesil— Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre –, um dos instrumentos da geopolítica do governo imperialista dos EUA e de suas empresas transnacionais. O ICT formou 63 mil dirigentes e ativistas sindicais desde 1963. Essa proposta tem crescido no interior da CGT, pelo apoio político e financeiro aberto da burguesia, pelo espaço na grande imprensa e pelos inúmeros equívocos da tendência minoritária representada pelo oportunismo e aparelhismo do PCB e do PCdoB.

Essa aliança entre o reformismo do PCB e do PCdoB, o peleguismo histórico e o neopeleguismo se sustenta, em primeiro lugar, pelas tentativas dos reformistas de encontrar uma solução de compromisso com a grande burguesia como forma de superar a crise política e econômica. Em segundo lugar, pelo interesse comum em manter o imposto sindical, a estrutura sindical burocrática antidemocrática e o controle do Estado sobre a organização sindical como último recurso para tentar impedir o avanço crescente da CUT e de sua luta pela liberdade e autonomia sindical. Porém, dificilmente todo o esforço da burguesia para promover esse



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



neopeleguismo será eficaz para retardar a profunda crise que o peleguismo enfrenta com o ascenso das lutas e o avanço da CUT.

A CUT tem uma vocação unitária não como imposição do Estado, mas como resultado da vontade política da classe trabalhadora e da defesa intransigente dos princípios de classe. Nesse sentido, um dos grandes desafios da CUT é o combate cotidiano ao *corporativismo*, imposto há quase 50 anos, que tem marcado profundamente o sindicalismo no Brasil. O corporativismo também tem uma origem antiga e internacional, tendo sido fortalecido pelo fascismo, que por recusa ideológica às contradições de classe procurou centralizar a representação sindical no Estado, impedindo a organização de centrais sindicais e impondo uma divisão entre os trabalhadores por categorias dispersas em bases regionais e submetidas ao controle permanente do Estado.

A divisão capitalista do trabalho agrupa os trabalhadores em ramos de produção, com contradições e reivindicações comuns e que marcam concreta e profundamente a vida sindical.

A CUT pretende organizar os trabalhadores respeitando e valorizando as identidades específicas, portanto organizando também por ramos de produção a classe trabalhadora, mas travará um combate sem tréguas ao corporativismo materializado na estrutura sindical fascista. A estrutura corporativista contaminou a prática sindical, burocratizou a vida associativa e é incompatível com o desenvolvimento pleno do sindicalismo classista da CUT.

O processo de unificação das lutas e de uma prática voltada para o conjunto dos trabalhadores é um desafio a ser superado dentro de muitos sindicatos e oposições sindicais que se identificam formalmente com a CUT mas não desenvolveram plenamente sua concepção sindical.

Uma CUT de massas aberta a todos os trabalhadores

A adesão e participação efetiva das grandes massas de trabalhadores nos sindicatos mudou o rumo da história e possibilitou o surgimento de um novo sindicalismo no Brasil.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE

A campanha pela reposição salarial das perdas impostas por fraude em 1973 e 1974 acabou se desdobrando em um amplo movimento que contribuiu de forma decisiva para a deflagração da grande greve de massas em 1978, no ABC. A proposta de se utilizar todo o espaço legal e consentido para a prática sindical, e forçar os seus limites, foi decisiva para os trabalhadores descobrirem o sindicato como instrumento de luta em um período de descontentamento acumulado e revitalização da oposição democrática à ditadura militar. Foi o caráter de massa dessa nova proposta sindical que levou os trabalhadores a quebrarem, na luta, os limites impostos pela lei antigreve, pela política salarial autoritária e de arrocho, pela legislação vigente; e, entre outras muitas conquistas, os trabalhadores também assumiram a necessidade da organização partidária.

A CUT nasceu em agosto de 1983 como desdobramento direto desse processo de lutas no campo e na cidade, como um novo salto organizativo fora da estrutura sindical. Todo esse movimento foi marcado pela dificuldade de combinar a atuação no interior e fora da estrutura sindical.

Mas foi a própria luta, que passou pelo interior dos sindicatos oficiais, com uma prática de massas, que rompeu os limites estreitos da estrutura sindical oficial.

É importante recuperar que as grandes lutas impulsionaram a formação de oposições sindicais em todos os cantos do Brasil, no campo e nas cidades, e os que desenvolveram um trabalho a partir das bases e que procuraram disputar o espaço político dos sindicatos acabaram derrotando os pelegos e recuperando as entidades para a luta dos trabalhadores. A participação de massa foi o instrumento principal para enfrentar todas as fraudes, manobras e obstáculos colocados pelos pelegos, governo e patrões para o crescimento do sindicalismo combativo.

O grande desafio da CUT está em contribuir para que os trabalhadores descubram o sindicato como instrumento de luta e, com isso, derrubem os pelegos, reformistas e todos os limites impostos pela legislação e avancem no sentido de construir um sindicalismo classista e livre, mas com ampla participação de massas. Fracassaram todas as tentativas de quebrar a estrutura oficial somente com a vontade de um pequeno grupo de militantes. E, em alguns sindicatos, enfrentamos grandes obstáculos com a permanência de diretorias



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

pelegas, pela ausência de uma política ampla e de massas.

Praticar um sindicalismo de massas é uma condição fundamental para continuar o avanço da CUT.

O movimento sindical sempre estará marcado por inúmeras diferenças, como a realidade do campo e da cidade, as especificidades de cada região do país, as características de cada categoria ou, ainda, a história acumulada ao longo das lutas. Isso quer dizer que não são sempre iguais as condições objetivas e políticas para o desenvolvimento da CUT. Porém, essas diferenças, ainda que devam ser consideradas, não podem mascarar as divergências políticas, e também não são elas que explicam uma série de equívocos de concepção e práticas sindicais existentes no interior da CUT.

Superar as posições “vanguardistas” nos sindicatos

Na história recente da CUT e ao longo de toda a história do sindicalismo, observam-se algumas concepções políticas que, por dificuldades concretas ou equívocos profundos, são incapazes de desenvolver, na prática, um sindicalismo de massas.

Há propostas políticas que subestimam a importância estratégica das lutas reivindicatórias, as conquistas econômicas concretas das lutas sindicais para impulsionar o projeto histórico da classe trabalhadora. O equívoco está em considerar que a CUT, ao negociar com os patrões ou o governo para obter um acordo de trabalho, pratica uma forma disfarçada de reformismo. A luta dos trabalhadores por salários e melhores condições de trabalho se desenvolve hoje no interior do sistema capitalista e faz parte da própria natureza do sindicato. Porém, se na luta reivindicatória a CUT e seus sindicatos organizarem e colocarem amplas massas em movimento contra os patrões e o Estado estarão de forma decisiva contribuindo para formar uma consciência anticapitalista e impulsionar o projeto histórico do socialismo.

A unidade dos trabalhadores na CUT não anula as identidades, as filiações partidárias e a personalidade política de ninguém. O sindicato é um instrumento concreto, prático, de ação e de luta, que deve partir da realidade imediata e sentida pelos trabalhadores.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE

Cada um deve trabalhar por suas próprias convicções políticas e ideológicas, mas se sentir unido pela solidariedade de classe, todos vinculados a uma luta contra um adversário comum, ligados no mesmo compromisso transformador e revolucionário, que se forma na luta e na ação. A diversidade de posições no interior da imensa massa de trabalhadores que convergem para a CUT pode representar avanço político e enriquecimento da vanguarda, desde que todos assumam as tarefas cotidianas da luta sindical. Não podemos esterilizar as divergências políticas nos debates de plenário, mas levar às amplas massas de trabalhadores nossas convicções e nossos projetos históricos. Não podemos utilizar nossas armas uns contra os outros, mas convergir todo o potencial de luta para o combate às injustiças e a todas as formas de exploração e opressão que atingem a classe trabalhadora.

Uma CUT democrática, pluralista, unitária e representativa

A democracia e o pluralismo na CUT são inseparáveis da unidade de ação. A democracia interna na CUT não é apenas um princípio a ser respeitado, mas também uma condição fundamental de ação sindical. A CUT sem a participação ativa das bases ficará limitada a decisões que não ultrapassarão as salas de reunião ou os plenários de discussão.

As decisões da CUT só se transformarão em ação de amplas massas se estiverem fundadas em uma autêntica representatividade. E isso depende da construção da estrutura orgânica da CUT e do desenvolvimento de mecanismos de participação direta dos trabalhadores e de uma cultura democrática que parta da definição de que queremos construir uma CUT classista e de massas.

A possibilidade dos trabalhadores participarem efetivamente das decisões das instâncias da CUT, de poderem interferir em todas as decisões e discussões são os elementos básicos da vida democrática e cotidiana da nossa central sindical. E que deve se iniciar desde os locais de trabalho e os sindicatos de base do campo e da cidade. A definição precisa dos mandatos das diversas instâncias de direção e de seus limites, bem como o controle das bases sobre as direções, incluindo a possibilidade de destituí-las com decisões



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

democráticas e representativas quando os princípios da CUT forem desrespeitados, são condições fundamentais para impedir a burocratização. Do mesmo modo, a crítica aberta e a autocrítica sincera são valores fundamentais a serem resgatados para avançarmos na prática democrática e superarmos os nossos equívocos.

Não há luta sindical classista sem solidariedade e disciplina. A CUT deve exigir das entidades filiadas, dos dirigentes e dos militantes o compromisso com os princípios de classe, assegurando o direito a livre expressão de todas as opiniões nos debates e exigindo disciplina nos encaminhamentos das lutas.

Uma CUT organizada a partir dos locais de trabalho

A construção da CUT de massas, classista, unitária e democrática deve se iniciar no espaço fundamental do conflito entre os trabalhadores e o capital: o local de trabalho, coração da exploração capitalista e espaço fundamental da organização sindical classista. A CUT deve organizar e dirigir o trabalho sindical a partir dos locais de trabalho, procurando captar e respeitar os anseios dos trabalhadores, canalizando-os para a prática sindical democrática, para a organização permanente e transformando-se em instrumento eficaz nas lutas da classe.

Para tanto, é preciso ter claro que a fábrica é um espaço onde os patrões se utilizam de todas as armas para exercer o seu domínio. A CUT quer conquistar o direito democrático de exercício da atividade sindical nos locais de trabalho e desde já ocupará todos os espaços possíveis para organizar os trabalhadores de forma independente e na defesa de suas reivindicações. A formação de comissões de trabalhadores nos locais de trabalho é uma grande tarefa para impulsionar o sindicalismo que a CUT representa.

Portanto, organizar e difundir a organização sindical massiva nas empresas é um dos principais desafios da CUT, especialmente nessa conjuntura de recessão econômica e perseguição à militância promovida pelos patrões e governo.

A tarefa histórica para impulsionar a concepção sindical classista da CUT é dar um salto de qualidade,



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



articulando o sindicalismo de porta de empresa com a organização dos trabalhadores dentro da empresa.

Uma CUT independente e autônoma

A CUT, como forma de organização sindical dos trabalhadores, tem uma grande potencialidade, mas também limites que só podem ser superados com o desenvolvimento das organizações partidárias dos trabalhadores. Sindicatos e partidos fazem parte do mesmo movimento: a emancipação definitiva da classe trabalhadora como obra dos próprios trabalhadores. Porém, o movimento operário internacional nos deixou uma longa experiência acumulada sobre essa questão do relacionamento entre sindicatos e partidos. De um lado, a prática demonstrou que é um grande equívoco transformar os sindicatos em apêndices dos partidos, em “correia de transmissão” dos partidos.

No outro extremo há o equívoco de defender a “neutralidade” dos sindicatos em relação aos partidos, porque a luta econômica ficaria sob a responsabilidade dos sindicatos, enquanto a prática política exclusivamente a cargo dos partidos políticos. A concepção sindical da CUT considera equivocada a visão de que só os partidos sejam capazes de politizar a luta dos trabalhadores, ou ainda que as lutas parlamentares devam ser o centro da luta política.

A luta das massas, com ampla participação dos trabalhadores, é o grande instrumento de transformação social, especialmente de um país como o nosso, onde a classe dominante concentra poderes imensos e um controle enorme sobre as instituições sociais.

Os partidos comprometidos com os trabalhadores têm como objetivo fundamental a conquista do poder, assumir a condução do Estado a partir de seu programa para toda a sociedade. Nesse sentido, sua força reside na coesão ideológica da militância e na consistência do programa que apresenta.

A força da CUT, enquanto central sindical, está na sua capacidade de conseguir a participação das massas trabalhadoras e na sua capacidade de imprimir às lutas um caráter classista e de massas na conquista dos direitos imediatos e históricos dos trabalhadores. Os sindicatos da CUT, portanto, devem filiar os



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



trabalhadores, independente da ideologia que assumam, para que, na ação sindical, venham a adquirir e a desenvolver sua consciência política e ideológica enquanto classe. A união dos trabalhadores na luta é o grande objetivo da CUT.

O 3º Concut reafirma as definições políticas básicas e fundamentais do último Congresso:

“A CUT considera que a definição de um projeto alternativo e a própria conquista do poder político são objetivos legítimos e fundamentais para a classe trabalhadora transformar a sociedade brasileira e eliminar as formas de exploração e opressão sobre os trabalhadores. No entanto, o instrumento fundamental de definição do programa da classe e da estratégia política do poder são os partidos políticos que estiverem efetivamente comprometidos com as aspirações históricas da classe trabalhadora.

A CUT, enquanto central sindical, é parte integrante deste processo histórico, ainda que com um papel político qualitativamente diferenciado. A CUT faz avançar a luta de classes quando consegue impulsionar as lutas sindicais, articular as lutas econômicas com os objetivos políticos, organizar e elevar o nível de consciência de classe, apontar para a construção de uma sociedade socialista, mas não deve ser confundida com um partido político, e manterá sempre sua independência em relação ao poder de Estado e autonomia frente aos partidos políticos” (Resoluções do 2º Congresso da CUT, Caderno Especial, agosto de 1986).

Lutar contra as discriminações

Há ainda que afirmar que a concepção sindical da CUT deve também significar a valorização e o estímulo à militância sindical da mulher, dos trabalhadores negros e demais grupos sociais discriminados pelas relações sociais estabelecidas e pela ideologia dominante. A luta pela emancipação dos trabalhadores tem que se realizar de uma forma ampla, onde o combate implacável contra todas as formas de discriminação e opressão será sempre um princípio e uma prática concreta e fundamental na CUT.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



Conquistar a liberdade sindical

Para finalizar, há uma questão tática e imediata diretamente relacionada com toda a discussão sobre concepção sindical da CUT: o resultado do Congresso Constituinte. Apesar de formalmente citado o *princípio da liberdade e autonomia sindical*, foram mantidos dois elementos fundamentais da estrutura sindical fascista – a unicidade imposta pela lei e o imposto sindical.

A luta pela conquista efetiva da liberdade e autonomia sindical dependerá diretamente do avanço organizativo da CUT, de sua capacidade de implantar uma organização sindical alternativa. Da mesma forma que, na retomada das lutas e na origem do novo sindicalismo que a CUT representa, foi decisivo romper com os limites legais concedidos e impor novos espaços para a luta e a organização sindical. Superamos a fase de fazer ou não fazer greve, de negociar ou não negociar. Hoje, o avanço depende de nossa capacidade de desafiar aberta e concretamente os limites impostos pelos patrões e seus representantes à organização sindical dos trabalhadores, implantando, na prática, a organização sindical livre e conquistando, na luta, melhores condições de vida para todos os que vivem do seu próprio trabalho.

Este é o grande desafio para toda a discussão sobre estrutura e Estatutos, nos quais deverá estar assegurada plenamente a concepção sindical combativa, classista, democrática, representativa e de massa que a CUT representa no processo histórico de emancipação da classe trabalhadora brasileira.

Por que um novo Estatuto

Cinco anos após sua fundação, a CUT entra em um período decisivo de consolidação e crescimento, para deixar de ser apenas uma importante referência de massas e se transformar em representante de todo o conjunto da classe trabalhadora. Essa nova fase exige um salto qualitativo e maior coesão política em todas as suas formas de organização, particularmente naquelas que se formam a partir dos locais de trabalho.

É preciso romper com o atraso histórico provocado pela estrutura sindical fascista e corporativista, que perdura há mais de 50 anos, e implantar, definitivamente, uma concepção classista, livre, autônoma,



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE

democrática e pluralista, sustentada material e politicamente pelas próprias massas trabalhadoras.

O papel desempenhado pelas oposições sindicais que lutam contra direções pelegas será fundamental nesse embate, assim como o foram no passado recente. Nessa fase, portanto, é fundamental que se respeite a democracia como principal instrumento para garantir e disciplinar o direito das minorias.

Sem abandonar as lutas que continuarão a ser travadas dentro da estrutura sindical vigente, principalmente após a imposição da unicidade sindical na lei e da manutenção do imposto sindical pelas forças conservadoras e reacionárias majoritárias no Congresso Constituinte, a CUT continuará construindo um sindicalismo livre e autônomo, cuja referência básica está consagrada na Convenção 87 da OIT.

A viabilização desse projeto, e de seu Plano de Lutas, precisa se materializar em um programa e um Estatuto sustentados por uma representatividade real das várias instâncias que formam a estrutura da CUT, apontando para a construção da nova estrutura sindical.

Diante desses objetivos e com esta perspectiva, foi discutida e aprovada a modificação dos Estatutos da CUT, cujas principais alterações são aqui resumidas.

Para avançar, modificar a estrutura organizativa da CUT

A Central única dos Trabalhadores se organiza em dois níveis:

- organização vertical
- organização horizontal

Organização vertical. Parte dos locais de trabalho, dentro dos ramos de atividade econômica e de serviços, buscando aglutinar as atividades afins, em suas formas de organização sindical: as organizações sindicais de base, os sindicatos, os departamentos por ramos de atividades econômicas. Estes são constituídos pelos sindicatos filiados à CUT e oposições sindicais reconhecidas; têm como atribuições encaminhar e implementar a política e o Plano de Lutas da Central, definir um Plano de Lutas específico para o ramo de atividade e celebrar acordos específicos.



Organização horizontal. Tem por objetivo construir a unidade dos trabalhadores enquanto classe. Congrega todas as entidades filiadas, na seguinte estrutura básica: CUT regional, CUT estadual e CUT nacional.

E em todos os níveis são órgãos de decisão o Congresso, a Plenária, a Direção e a Executiva da Direção.

Participação das bases. Participarão nos Congressos da CUT, em todos os níveis, os delegados das entidades sindicais filiadas e das oposições sindicais reconhecidas e acompanhadas. O número de delegados por entidade sindical será proporcional ao número de trabalhadores sindicalizados.

Para as oposições serão respeitados os seguintes critérios:

- oposições que concorreram à última eleição do sindicato elegerão um número de delegados proporcional ao número de votos obtidos no último escrutínio;
- oposições que não concorreram à última eleição do sindicato elegerão delegados em número nunca superior à delegação do menor sindicato filiado à CUT.
- oposições que participaram de eleições sindicais julgadas não-democráticas escolherão delegados segundo critérios estabelecidos pela CUT estadual.

Eleições de delegados. Para os congressos regionais e estaduais serão eleitos delegados nas instâncias máximas de cada entidade sindical, assembleia ou congresso, sem distinção entre diretoria e base.

Para o Congresso Nacional os delegados serão eleitos nos congressos estaduais segundo a proporção de um delegado para cada 2.000 trabalhadores sindicalizados, observando-se o critério de proporcionalidade entre as chapas concorrentes.

Periodicidade dos congressos. O Congresso Nacional será realizado ordinariamente a cada três anos. Os congressos estaduais e regionais terão sua periodicidade determinada pelas suas instâncias respectivas (congresso, plenária, ou reunião da direção) a partir de suas próprias necessidades, devendo obrigatoriamente preceder o Congresso Nacional.

Constituição das direções. As direções dos vários níveis serão eleitas em congresso, obedecendo-se a



proporcionalidade entre as chapas concorrentes e de acordo com os seguintes critérios:

- quando houver duas chapas só participará da direção a chapa que obtiver pelo menos 20% dos votos;
- havendo mais de duas chapas só participarão da distribuição proporcional de cargos as chapas que obtiverem pelo menos 10% dos votos. Neste caso, a soma dos votos das chapas minoritárias deverá atingir 20% do total de votos.

Sustentação financeira. Todas as entidades sindicais filiadas contribuirão com 5% de sua receita bruta anual para a sustentação financeira da CUT. Cabe à CUT estadual recolher a contribuição e distribuí-la: 40% para a CUT estadual; 25% para a CUT nacional; 25% para a CUT regional; 10% para os departamentos.

Constituição de CUTs regionais. Deverá ser observado o critério de existência na base territorial de pelo menos 20 entidades sindicais, sendo que pelo menos três dessas entidades deverão ser filiadas à CUT.

DIRETRIZES DE AÇÃO

A CUT e a solidariedade internacional

A CUT tem como compromisso político fundamental recuperar na sua prática efetiva o internacionalismo operário, princípio fundamental da luta dos trabalhadores por uma sociedade livre e sem exploração.

A CUT terá uma política ativa de solidariedade internacional à luta dos trabalhadores de todo o mundo contra todas as formas de imperialismo, exploração, discriminação e frente a toda e qualquer violência sobre os direitos sindicais e democráticos. A solidariedade da CUT se concretizará na forma de ações políticas de divulgação das lutas travadas por esses povos, denúncia das agressões imperialistas, arrecadação de fundos quando necessários e também exercendo pressão sobre o governo brasileiro para que assuma posições políticas claras e medidas concretas de apoio à autodeterminação dos povos e combate a todas as agressões imperialistas.

Neste momento, nossa política de solidariedade terá como ênfase:





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



a) a defesa da Revolução Sandinista e da luta revolucionária dos trabalhadores de El Salvador e Guatemala, considerando suas revoluções em curso um patrimônio dos trabalhadores da América Latina no enfrentamento anticapitalista e antiimperialista;

b) a luta contra todas as ditaduras militares. Em defesa dos mais amplos direitos democráticos no continente latino-americano, apoiamos decisivamente a luta dos trabalhadores do Chile e do Paraguai, vítimas da ditadura de Stroessner e Pinochet. Denunciamos a política assassina e criminosa em relação aos trabalhadores e ao movimento sindical da Colômbia;

c) o repúdio ao regime racista da África do Sul e a todas as formas de discriminação racial. A CUT participará ativamente de toda luta que objetive o rompimento das relações diplomáticas em relação àquele país, renovando essa exigência ao governo brasileiro. A CUT procurará estreitar os laços de solidariedade com a COSATU e a NACTU, centrais sindicais dos trabalhadores sul-africanos;

d) solidariedade incondicional com a luta do povo palestino e OLP, exigindo a total retirada de Israel dos territórios ocupados e a criação de uma nação palestina laica e democrática;

e) defesa intransigente da liberdade de organização e autônoma dos trabalhadores, em todos os países, independente do sistema social. Recentemente uma nova onda de greves agitou a Polônia, exigindo, entre outros pontos, o reconhecimento legal do sindicato Solidarnosc. A CUT apóia o Solidarnosc da Polônia e critica o governo daquele país, que reprime os trabalhadores em sua luta pelo direito de greve e sindicato livre. O 3º Concuto exige a imediata legalização e reconhecimento do Solidarnosc;

f) solidariedade com os trabalhadores de Angola e Moçambique na sua luta pelo direito de autodeterminação;

g) incremento das relações sindicais com os trabalhadores de todo o mundo, em defesa dos interesses de classe e a partir dos princípios de solidariedade e internacionalismo.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



Autonomia diante das centrais sindicais internacionais

A luta dos trabalhadores não tem fronteiras. O próprio desenvolvimento do capitalismo, na sua fase imperialista, integra a luta dos trabalhadores de diversos continentes, seja através da ação das grandes multinacionais, seja através das relações de dependência estabelecidas entre o Terceiro Mundo e os países centrais do sistema imperialista.

Contra os mecanismos de dominação, os trabalhadores tentam opor formas de luta e organização de âmbito internacional. Entre estas se destacam as centrais sindicais mundiais. Apesar de seu pouco tempo de vida, a CUT logrou estabelecer relações com a Federação Sindical Mundial (FSM), a Confederação Mundial do Trabalho (CMT) e a Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CLOSL).

A CUT se define como uma central sindical autônoma em relação às centrais sindicais mundiais. Em primeiro lugar, porque o grande desafio histórico do movimento sindical latino-americano é construir uma efetiva unidade de ação e de luta diante dos efeitos devastadores da crise internacional e da dívida externa sobre a classe trabalhadora.

Em segundo lugar, porque as discussões e o nível de informações do movimento sindical cutista acerca do sindicalismo internacional e das centrais mundiais ainda são muitos pequenos, produto de mais de vinte anos de repressão e ditadura militar, e também pela pequena presença e pela precariedade de comunicação das centrais mundiais com o sindicalismo brasileiro, apesar de alguns avanços importantes ao longo dos últimos anos.

A CUT tem recebido inúmeras formas de apoio e solidariedade de centrais sindicais de diversos países e das centrais mundiais. Uma solidariedade que tem sido muito importante neste processo de construção da CUT e que sempre soube respeitar o princípio de autonomia da CUT. Estamos abertos para um aprofundamento dos laços de solidariedade e participaremos de todas as iniciativas que representem de fato a luta em defesa dos interesses dos trabalhadores e o respeito aos princípios de classe.

Visando o enriquecimento do movimento sindical, o fortalecimento do internacionalismo e de nossa



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



capacidade de intervenção no cenário internacional, caberá à Direção Nacional eleita pelo 3º Concut deflagrar um amplo debate a respeito das diferentes visões e organizações existentes no movimento sindical mundial para aprofundar no 4º Concut uma política que intensifique ainda mais nossas relações junto ao movimento sindical internacional.

Impulsionar a campanha contra a dívida externa

O movimento sindical latino-americano vem desenvolvendo importantes iniciativas para impulsionar a luta pelo não-pagamento da dívida externa. Em 1984, foi realizada a “1ª Conferência Econômica sobre Dívida Externa e Desenvolvimento na América latina e Caribe”, convocada pela CIOSL e ORIT, em Cuernavaca, no México. Em julho de 1985, realizou-se a “Conferência Sindical dos Trabalhadores da América Latina e Caribe sobre Dívida Externa”, em Havana, Cuba. Em setembro de 1986, ocorreu a “2ª Conferência Econômica sobre Dívida Externa e Desenvolvimento na América Latina e Caribe”, em Buenos Aires, convocada pela CIOSL e ORIT e com o apoio da CGT Argentina. Em março de 1987, em Lima, Peru, foi realizado o “4º Congresso dos Trabalhadores Andinos”, convocado pela CLAT, onde foram aprovados posicionamentos contra a dívida externa. E em maio de 1987 promovemos a “Conferência Sindical Latino-americana e Caribenha contra a Dívida Externa”, em Campinas, São Paulo, convocada pela CUT e CGT do Brasil, pela COB da Bolívia e pelo PIT-CNT do Uruguai, com a presença de 56 organizações sindicais de 25 países.

Todo este esforço foi decisivo para impulsionar ações coordenadas e aumentar a consciência dos trabalhadores do continente sobre o significado da dívida e suas implicações. A unidade sindical frente à dívida é absolutamente vital para impulsionar a luta dos trabalhadores no conjunto dos países, especialmente porque estamos longe de conseguir articular as lutas concretas e cotidianas com a problemática da dívida.

Neste momento em que o governo brasileiro faz todas as concessões aos banqueiros e ao imperialismo internacional, em que a política econômica volta a ser totalmente subordinada às exigências do FMI, a luta pelo não-pagamento da dívida externa deve ganhar um novo impulso. Implementar as deliberações da Conferência



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



de Campinas, produzir novos materiais de esclarecimento e divulgação e articular a luta contra a dívida com as campanhas salariais e lutas concretas são as grandes tarefas da CUT para o período.

A CUT deve, também, procurar trazer outras entidades, o movimento popular e partidos políticos para a luta pelo não-pagamento da dívida externa. O 3º Concut defende a realização de uma campanha internacional, que comprometa também as centrais sindicais dos países capitalistas avançados, na luta contra a dívida e em defesa dos interesses dos povos do Terceiro Mundo.

A perspectiva de luta pelo não-pagamento da dívida externa impulsionada pela CUT deve estar associada à luta pela construção de uma outra concepção de desenvolvimento econômico e social que parta da lógica dos interesses das maiorias populares, ou seja, que tenha como objetivo a construção de uma sociedade efetivamente democrática e socialista. Nesse sentido, a CUT apóia a iniciativa da realização, em Lima, Peru, em fevereiro de 1989, do Tribunal Internacional contra a Dívida Externa e a Política do FMI.

A estratégia frente à transnacionalização da economia

A CUT entende que o processo acelerado de internacionalização do capital e das relações de trabalho terá que exigir estratégias sindicais mais articuladas pelos trabalhadores em nível internacional. Na América Latina, cerca de 80% dos contratos coletivos são negociados em nível de empresa, revelando a dificuldade de negociações e lutas sindicais por ramos de produção em nível nacional e por empresas transnacionais. A CUT procurará estimular a articulação entre as diferentes comissões de locais de trabalho e sindicatos que atuam em uma mesma empresa transnacional na perspectiva de alcançar o mais breve possível a possibilidade de negociações e ações sindicais transnacionais. E começará a defender essa política nos diversos fóruns sindicais internacionais, sem os quais dificilmente teremos avanços concretos nessa direção.

A luta pela paz e pelo desarmamento

O arsenal nuclear produzido pelas superpotências pode explodir a Terra nada menos do que 100 vezes. O





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE

último acordo para retirada dos mísseis de médio alcance na Europa diminuiu para apenas 96 vezes essa possibilidade. Isso demonstra que estamos muito longe do fim da ameaça nuclear, e que o movimento sindical internacional tem obrigações políticas estratégicas na campanha internacional pela paz, em especial contra a política belicista do governo imperialista dos EUA.

No Brasil, são inúmeros os sinais de que se desenvolve um programa nuclear paralelo para a produção da bomba atômica. A CUT não só repudia essa iniciativa, como participará, conjuntamente com outros setores da sociedade, da luta pela desnuclearização militar do país e do continente. De outro lado, a indústria militar brasileira vem se desenvolvendo rapidamente, com inúmeras formas de subsídios do Estado, sem qualquer transparência para a sociedade civil e sem controle social e democrático sobre esse setor.

A CUT lutará pelo direito da sociedade de tomar conhecimento e exercer o controle sobre a indústria bélica e uso da energia nuclear, com a perspectiva da utilização desses imensos recursos para o desenvolvimento econômico e social, e para a defesa da vida e da paz.

A CUT e a defesa dos direitos sindicais

Controle dos trabalhadores sobre a automação e as novas tecnologias

As dificuldades e os prejuízos sociais que os trabalhadores estão encontrando com a implantação das novas tecnologias não são decorrentes do progresso da ciência e da tecnologia. São o resultado direto da utilização que os patrões e as grandes empresas transnacionais estão fazendo do progresso tecnológico.

A automação e os novos processos produtivos podem abrir grandes possibilidades para a humanidade, reduzindo o tempo de trabalho, eliminando trabalhos degradantes. Mas exigem a intervenção direta dos trabalhadores em áreas que lhes têm sido negadas ao longo da história. O controle dos trabalhadores sobre as inovações e a produção, através da luta e negociação sobre as decisões de investimento e seus desdobramentos, é estrategicamente decisivo para o futuro movimento sindical. A CUT procurará produzir



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE

estudos, socializar experiências concretas, fazer intercâmbio com sindicalistas com experiência sobre esse tema para avançar a capacidade do movimento sindical brasileiro de dar resposta a esse grande desafio histórico e na perspectiva de construir uma sociedade sem exploração.

Direito ao emprego e redução da jornada de trabalho

O desemprego é o grande fantasma que se projeta para o futuro da classe trabalhadora. O desemprego, estrutural no capitalismo, está aumentando ao longo dos anos em função das inovações tecnológicas, com implicações sociais e políticas gravíssimas.

A luta pela redução da jornada de trabalho para compartilhar o emprego, pelo uso alternativo do tempo livre para cultura, educação e lazer, é uma tarefa decisiva para o sindicalismo internacional. Na América Latina, impulsionar a luta pela redução da jornada de trabalho exige uma maior articulação sindical com informações mais detalhadas e lutas coordenadas, resgatando o próprio significado do 1º de Maio, onde esta bandeira teve um papel decisivo para impulsionar o movimento operário do início do século.

Em defesa da liberdade de organização nos locais de trabalho

Os sindicatos e a militância nos locais de trabalho estão sendo cada vez mais perseguidos pelos patrões com total apoio e participação do governo. No campo, a violência do latifúndio, estimulada pela atividade paramilitar e criminosa da UDR, continua assassinando dirigentes sindicais de forma totalmente impune. Nas cidades, dirigentes e militantes sindicais da CUT são perseguidos nos locais de trabalho, num processo seletivo que visa quebrar a organização dos trabalhadores e impede o exercício da atividade sindical. A estabilidade sindical não é respeitada pelos patrões e pelo governo. Devemos ampliar a luta contra os crimes contra direitos sindicais, pela liberdade de organização sindical nos locais de trabalho e pela estabilidade e imunidade sindical (direito integral para exercer de forma efetiva o mandato sindical) para todos os representantes dos trabalhadores (CIPAs, comissões de fábrica, delegados sindicais, diretores de sindicatos e da CUT).



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



Lutamos também para pôr fim à locação de mão-de-obra em todo o território nacional através da efetivação dos trabalhadores temporários.

Pelo fim do imposto sindical

A luta contra o imposto sindical é a base para a luta contra a estrutura sindical oficial, que encontra nele o seu principal sustentáculo. Assim, o 3º Concut propõe dar caráter de massas à luta contra o imposto sindical, através das seguintes iniciativas:

1. Estabelecer o dia 10 de abril como *dia nacional de protesto contra o imposto sindical* (data em que o imposto sindical é descontado da maioria dos trabalhadores), definindo formas de luta e manifestação dos trabalhadores.
2. Lançar uma campanha nacional de sindicalização preparada pela Secretaria Nacional de Imprensa e Divulgação que desenvolva, ao nível da massa, conceitos sobre o papel dos sindicatos, a necessidade de sustentação financeira por parte dos próprios trabalhadores, nossa compreensão sobre liberdade e autonomia sindical e a luta contra o atrelamento político e econômico do movimento sindical ao Estado.
3. Levar aos sindicatos, associações e oposições sindicais a proposta de fixação, em assembléia, das mensalidades associativas em 1% do salário dos associados.
4. Estabelecer, em julho, um dia nacional de devolução do imposto sindical a partir de critérios estabelecidos pela Direção Nacional e desafiar publicamente as federações e confederações oficiais a fazerem o mesmo.

A CUT e as políticas sociais

Contra a privatização das estatais, democratização dos serviços básicos

As empresas estatais são, cada vez mais, instrumentos da acumulação e de exploração da classe



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



trabalhadora, produzindo insumos e transferindo indiretamente recursos públicos para as empresas privadas.

Os serviços básicos, caso de saúde, educação, habitação e saneamento, estão sendo privatizados quando rentáveis, sofrendo corte de verbas e sendo abandonados pela política governamental.

A política econômica oficial dos governos militares promoveu um verdadeiro processo de estatização das dívidas, permitindo que as grandes empresas e grandes bancos as transferissem para o Estado, de tal forma que o Estado é responsável, hoje, por cerca de 80% da dívida externa brasileira.

Mais recentemente, a estratégia da burguesia e dos credores externos começa a se completar com o processo de privatização das empresas estatais rentáveis e lucrativas, aprofundando o controle do grande capital monopolista internacional sobre os setores estratégicos da economia e sua exploração sobre a classe trabalhadora.

A CUT lutará contra a privatização das empresas estatais, na perspectiva de defender melhores condições de vida para a população, que deve ter o controle sobre essas empresas. Ao mesmo tempo, a CUT desenvolverá uma campanha pela melhoria dos serviços públicos, incluindo a estatização imediata dos serviços básicos sob controle do capital privado, porque entendemos que esses serviços são um direito de todos e um elemento central para a melhoria das condições de vida da população trabalhadora.

Essa campanha deve estar associada com a política sindical de defesa dos trabalhadores do setor público, de denúncia de toda a corrupção e mordomia que os altos burocratas a serviço da classe dominante promovem nessas empresas e especialmente com a luta pela sindicalização e direito imediato de organização sindical do funcionalismo. Nesse sentido, o 3º Concut propõe o fortalecimento dos fóruns das estatais, onde já existem, e a organização, onde haja necessidade.

O funcionalismo público tem sido o setor que vem sofrendo o mais profundo arrocho salarial e tem demonstrado a maior capacidade de mobilização política. A CUT tem um papel político decisivo em impulsionar suas lutas e o processo de sua organização sindical. O 3º Concut propõe a realização de uma Conferência Nacional em Defesa dos Serviços Públicos e das Estatais, dirigindo-se a todo o movimento sindical, popular e



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUI

democrático, para barrar a ofensiva privatista e da destruição do serviço público desenvolvida pelo governo a mando do FMI.

A CUT deverá, também, lutar pela reintegração dos demitidos em movimentos grevistas com todos os seus direitos garantidos. Este 3º Concut considera corretas e democráticas as resoluções sobre organização sindical do serviço público aprovadas pelo Encontro Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público, realizado em julho passado. Destacamos dessas resoluções:

- A CUT deve tomar a iniciativa de formar imediatamente os *sindicatos dos trabalhadores no serviço público*. Sindicatos que sejam regidos pelos princípios da liberdade e autonomia sindical, tenham um funcionamento democrático, se pautem por uma política classista e de massas, e sejam o mais amplos possível, possibilitando a unidade dos trabalhadores e ajudando na superação da pulverização imposta pela estrutura sindical oficial.
- A CUT deve garantir que os trabalhadores no serviço público, partindo de sua experiência acumulada, decidam em suas instâncias sobre a forma de organização e funcionamento desses sindicatos. Isso implica desenvolver os meios para que a própria categoria possa decidir soberanamente quanto à melhor forma de organizar-se, não permitindo que a CGT e os pelegos, através da Confederação Nacional dos Servidores Públicos do Brasil, restrinjam o processo ao âmbito das organizações de caráter assistencial que tem à sua frente direções majoritariamente pelegas.

Em face do acima exposto, é fundamental a retomada da discussão pelo conjunto dos servidores quanto às formas e estratégias de organização e luta, colocando-se na ordem do dia a realização do 2º Congresso Nacional dos Servidores Públicos Federais.

Pela reforma urbana, ao lado do movimento popular

A exploração do trabalhador não se dá só no local de trabalho, mas também no seu dia-a-dia. Diversos são os interesses do capital na cidade: os especuladores da terra, o capital imobiliário, o capital incorporador,



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



grandes empresas de material de construção, empreiteiras de obras públicas, empresários de ônibus, entre outros.

Esses grupos capitalistas têm no Estado seu grande aliado e fazem da cidade uma considerável fonte de lucro. O que se presencia é a ação do capital aliada ao governo propiciando aumento tarifário dos serviços públicos, aumento dos aluguéis e prestação da casa própria, elevação do preço da terra, que, junto ao arrocho salarial, diminuem cada vez mais os ganhos econômicos dos trabalhadores conquistados em suas lutas salariais.

A política recessiva do governo, vinculada ao pagamento da dívida externa, vem somar-se, então, à política do Estado de beneficiar o capital privado em detrimento dos direitos da classe trabalhadora. Essa situação provoca o difícil acesso à habitação e à terra urbana, a degradação generalizada dos serviços públicos e a concentração dos investimentos nas áreas de interesse da classe dominante, alijando o trabalhador do seu direito à cidade e a uma vida digna.

A população vem resistindo e se organizando em lutas para fazer frente a essa situação. Os movimentos populares (mutuários, sem-terra, lutas de transporte, saúde, educação, favelas, moradia, cortiços etc.) e entidades compõem hoje uma força de pressão sobre essa aliança entre o Estado e o capital. Mais recentemente, os vários movimentos, sindicatos e entidades da sociedade civil vêm buscando a unificação de suas bandeiras de ação, articulando-se em torno da luta pela reforma urbana.

Nesse sentido, a CUT incorpora a luta pela reforma urbana, junto aos movimentos populares, procurando aprofundá-la, levando-a aos locais de trabalho, na defesa da intervenção direta dos trabalhadores e da gestão democrática das cidades.

O 3º Concut decide criar uma Comissão de Movimentos Populares, vinculada à Secretaria de Políticas Sociais, com o objetivo de articular as ações da CUT com as lutas populares e encaminhar a luta pela reforma urbana.

Estímulo à juventude, apoio aos aposentados

A juventude trabalhadora enfrenta dificuldades específicas, como o desemprego prolongado, a luta pelo primeiro emprego, a superexploração a que é submetida a pretexto da falta de experiência.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



A CUT deve contribuir no processo de formação política da juventude trabalhadora, estimular sua participação sindical e tratar de forma específica seus problemas e dificuldades no nível dos sindicatos.

Da mesma forma, os trabalhadores na velhice enfrentam dificuldades imensas. O capitalismo só valoriza o indivíduo enquanto produtor, enquanto força de trabalho ativa. O velho é marginalizado pela ideologia dominante e porque já não serve ao capital. Além disso, sua sobrevivência depende do Estado capitalista, e a aposentadoria é uma verdadeira humilhação para os que trabalharam mais de trinta anos na produção. A CUT assume a luta dos aposentados e propõe aos sindicatos e instâncias como prioridade a bandeira de salário igual para aposentados e trabalhadores da ativa.

Saúde, previdência social e melhores condições de trabalho

As lutas em defesa da saúde e por melhores condições de trabalho passam, obrigatoriamente, pelas lutas gerais defendidas pela CUT. Considerando a gravidade da situação da saúde e da previdência social no Brasil, geradora de altíssimos índices de mortalidade infantil, de doenças e acidentes do trabalho e de recordes mundiais de injustiça com os aposentados, pensionistas e beneficiários, o 3º Concut referenda as propostas do 1º Encontro Nacional de Saúde e Previdência Social da CUT. São elas:

- 1) a criação do Sistema Único de Saúde, estatal, público, gratuito, de boa qualidade, sob o controle da população através de suas entidades representativas;
- 2) o custeio do Sistema Único de Saúde através de orçamento da União, estados e municípios e efetivação de conselhos de saúde, de nível nacional a local, com participação democrática das representações do movimento sindical e popular, com caráter deliberativo e autonomia para gestão e controle do sistema;
- 3) a previdência social sob gestão dos trabalhadores.

Comissões de saúde nos locais de trabalho. Nas fábricas, nas plantações e em outros locais de trabalho, agrava-se a cada dia uma situação típica da economia brasileira: o ataque à integridade física e mental dos trabalhadores, submetidos a condições insalubres e perigosas. Em 1987 cresceu o número de acidentes fatais:



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



5.238 mortes registradas e um total de 1 milhão e 137 mil acidentes pelos dados do Inamps somente entre trabalhadores urbanos com carteira registrada. Os números reais são ainda maiores, criando uma multidão de mutilados e deficientes físicos.

É incalculável o número de portadores de doenças profissionais vítimas de exposição a substâncias químicas, gases, poeiras nocivas ou ruído excessivo.

Os órgãos públicos ou são coniventes com a situação, ou são omissos. Aliás, foram esvaziados e desmoralizados pelo favorecimento oficial à medicina privada e às empresas capitalistas que exploram hospitais, laboratórios, bancos de sangue, medicinas de grupo, seguradoras de saúde. O trabalhador, único pagador pontual do Inamps, recebe dele péssimo atendimento. As indenizações são irrisórias.

As fábricas, coração do trabalho assalariado urbano, expõem os trabalhadores a riscos diários e os patrões controlam as estatísticas de acidentes, o tratamento dos acidentados e doentes, seu encaminhamento ou não ao Inamps. Tal situação representa um desafio para o movimento sindical combativo.

Alguns sindicatos isoladamente vêm tomando iniciativas importantes na área da saúde, levando fábricas ao fechamento quando preciso, obrigando outras a transformar o ambiente de trabalho, e estimulando a eleição de CIPAs combativas. No entanto, o movimento sindical como um todo ainda não atentou para a importância da luta pela saúde no local de trabalho.

A luta contra as condições insalubres e perigosas não pode limitar-se à mera denúncia. Deve propor transformações radicais nos ambientes de trabalho. Deve também pressionar os órgãos públicos de saúde e exigir o fim da ação privada na área da saúde. Trata-se de dar à questão sua verdadeira dimensão política.

A transformação do local de trabalho, além de contribuir com a redução da superexploração e dos riscos, golpeia também financeiramente o capitalismo, obrigando-o a gastar mais com proteção ambiental e coletiva, ao invés dos malfadados equipamentos de proteção individual, aumentando a possibilidade de mobilização dos trabalhadores e permitindo o conhecimento maior do processo de produção, sem o qual os trabalhadores não poderão afirmar-se como classe dirigente da sociedade.





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



A CUT estimulará as organizações a ela filiadas a atuarem concretamente na luta contra a insalubridade e os acidentes de trabalho, entendendo que eles são um subproduto da exploração capitalista. A CUT defenderá:

- a substituição das CIPAs urbanas e rurais por comissões de saúde, compostas e eleitas pelos trabalhadores, tendo todos os seus membros garantia de estabilidade e imunidade igual à do dirigente sindical, com direito a interromper atividades com risco iminente à saúde, com poder de convocar reuniões nos locais de trabalho organizando os trabalhadores pela defesa da saúde e melhores condições de trabalho;
- a participação ativa dos sindicatos nesse processo;
- o entendimento de que a participação nas CIPAs, longe de esgotar essa luta, tem um agudo caráter político;
- a criação de estruturas organizativas, nas instâncias da CUT e nas suas filiadas, capazes de responder às exigências dessa linha de ação;
- que os sindicatos priorizem ações civis e criminais, nos casos de responsabilidade da empresa pelos danos físicos ao trabalhador, com pena de prisão para os responsáveis. Estabilidade permanente com salário integral pago pela empresa aos trabalhadores com danos físicos;
- extensão destas medidas, ou similares, aos trabalhadores rurais;
- o fortalecimento do sistema público de saúde, inclusive no tocante à fiscalização efetiva dos locais de trabalho.

A CUT contra a discriminação social

Fim à discriminação da mulher

As mulheres são 32% da força de trabalho e sua participação vem crescendo ao longo dos anos. Porém a discriminação tem significado salários mais baixos pelo mesmo tipo de tarefa, imposição de limitações às funções e atividades, submissão à dupla jornada de trabalho. Além de formas de opressão social e cultural. As



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



mulheres dificilmente chegam a cargos de direção, sofrem humilhações e chantagens sexuais pelas chefias e pelos patrões. A ausência de creches adequadas e em número suficiente não permite condições de trabalho para as mães.

Prioridade à luta por creches. O dia 12 de outubro será o Dia Nacional de Luta por Creche, buscando unificar o movimento popular e o movimento autônomo de mulheres. Em segundo lugar a CUT desenvolverá uma luta contra todas as formas de discriminação da mulher no trabalho e na sociedade: salário desigual para a mesma função, discriminações às trabalhadoras grávidas e casadas e à mulher negra, dupla jornada de trabalho, limitações ao acesso à cargos e à profissionalização no trabalho, exigência de testes de gravidez para admissão ao emprego.

A CUT lutará em defesa do direito ao trabalho para as mulheres, ameaçado pelos patrões em função da aprovação no Congresso Constituinte da licença-maternidade de 120 dias.

A CUT apoiará as reivindicações de organização das trabalhadoras domésticas e pela regulamentação de seus direitos igualmente às demais categorias. A CUT lutará pela igualdade de direitos entre trabalhadoras urbanas e rurais, garantindo-se as condições mais vantajosas já conquistadas.

Enfrentar o problema social do aborto. No Brasil a questão do aborto atinge de forma aguda as mulheres da classe trabalhadora. Segundo estimativa do Banco Mundial, são realizados anualmente 4 milhões de abortos, morrendo, em consequência, 400 mil mulheres. Em nosso país o acesso às formas e aos métodos contraceptivos, assim como a qualquer direito social, está condicionado à situação de classe. A maioria das mulheres brasileiras não tem acesso à informação suficiente e segura sobre os métodos contraceptivos existentes, suas vantagens e seus riscos à saúde, além de não haver uma política de saúde pública que assegure o acompanhamento médico sistemático exigido. Em função disso são as mulheres da classe trabalhadora que ficam sujeitas à gravidez indesejada por falta de condições econômicas e sociais para a criação dos filhos ou outros motivos de ordem pessoal, ou se vêem obrigadas a abortos clandestinos nas piores condições de atendimento e higiene, efetuados por pessoas não-qualificadas. Os resultados são o risco



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

de vida, a morte de milhares delas, as seqüelas permanentes no organismo, a infertilidade ou estado de enfermidade crônica, além de profundo desgaste psicológico e emocional.

No Brasil o planejamento familiar tem sido tratado pelos governos como uma questão de segurança nacional, submetido às imposições de contenção de gastos públicos feitas pelo FMI, e que se traduzem no corte de verbas para políticas sociais, arrocho salarial e a redução das populações pobres e miseráveis. Não existe uma política pública de planejamento familiar séria e responsável que ofereça à população orientação coletiva e segura sobre métodos contraceptivos com garantia de acompanhamento médico. Há, sim, uma política de controle da natalidade disfarçada, realizada em grande parte por entidades financiadas por capital estrangeiro, que funcionam no país sem controle ou fiscalização da sociedade e impõem às mulheres métodos contraceptivos sem respeito à sua opção ou sem preocupação com a adequação dos mesmos à sua saúde, atuando fundamentalmente com a distribuição de pílulas anticoncepcionais e esterilização.

A CUT reafirma seu posicionamento contrário a qualquer forma de imposição do Estado na definição do planejamento familiar. Defende o acesso democrático da população à informação e ao uso de métodos contraceptivos, a garantia de atendimento integral e público à saúde e ao acompanhamento médico permanente e de qualidade nos postos e centros de saúde.

As questões do aborto e do planejamento familiar fazem parte da discussão sobre a saúde e os direitos globais da mulher, não podendo ser desvinculada desta perspectiva mais geral. O aborto não é método contraceptivo, mas o último recurso para a mulher que enfrenta uma gravidez indesejada. Por colocar em jogo a saúde das mulheres da classe trabalhadora, a CUT, que defende os direitos das mulheres à livre opção pela maternidade, deve iniciar um processo interno de discussão para subsidiar um posicionamento político sobre a questão.

Fortalecer a Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora. Tendo em vista ampliar a compreensão desta problemática e a sua integração nas lutas da classe trabalhadora, a CUT e suas instâncias estaduais devem atuar no sentido de fortalecer a CQMT e implementá-la nos estados onde não existe. Os departamentos



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



profissionais da CUT devem elaborar estudos sobre a situação da trabalhadora dos respectivos ramos de produção visando incluir as reivindicações específicas da mulher nas pautas de negociação. A CUT deverá fazer um levantamento político dos movimentos organizados de mulheres trabalhadoras em todo o Brasil, incluindo as trabalhadoras rurais, trazendo essas lutas para o seio da central. Através da Secretaria de Formação e da CQMT, deverá desenvolver atividades de formação sobre a questão da mulher trabalhadora para o conjunto dos seus militantes.

O 3º Concut ratifica as resoluções do 1º Encontro Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora (Praia Grande, 1 a 3 de julho de 1988) que não firam as demais resoluções deste Congresso.

Contra o racismo e a discriminação do trabalhador negro

Há 258 anos, em 1630, data provável da fundação de Palmares, nascia o quilombo que ocupou a maior área territorial e resistiu durante mais tempo aos ataques dos opressores brancos. Essa luta continua, porque também o trabalhador negro é discriminado na sociedade e no trabalho. As últimas manifestações públicas demonstram a emergência da consciência e da luta contra a política repressiva e discriminatória que tenta impedir o avanço dessa luta.

O 3º Concut assume o combate ao racismo e contra a discriminação do trabalhador negro como um valor permanente, que deve ser incorporado nas lutas e na prática sindical concreta.

A CUT e a luta no campo

A luta pela terra, no Brasil, é uma luta pela democracia e contra a concentração da terra, do poder e da renda. A derrota sofrida pelos trabalhadores no Congresso Constituinte não vai reduzir nosso compromisso de luta com todos os trabalhadores no campo que sofrem a pressão do governo, do latifúndio e do grande capital.

Essa luta torna-se ainda mais acirrada nesse momento em que o governo federal tenta ressuscitar o



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

modelo concentrador de renda e de terra da ditadura militar, dirigindo todos os recursos e incentivos destinados para a agricultura para 25% das empresas consideradas dinâmicas e “modernas”.

A luta pela reforma agrária deve romper definitivamente com a estrutura fundiária que aí está e com a atual organização política no campo, porque ela enfrenta o poder do latifúndio que, através da UDR, do governo e do grande capital nacional e internacional, tenta impedir por todos os meios legais e repressivos o acesso dos trabalhadores à terra. Portanto, a luta pela terra tem um caráter nacional, amplo e somente os trabalhadores da cidade e do campo podem levá-la até o fim.

Diante da dimensão das tarefas que se tem pela frente, é preciso que a CUT se prepare para enfrentar os desafios. Partindo das experiências concretas vividas pelos trabalhadores do Brasil e de outros países da América Latina, cabe à CUT tentar articular todos os movimentos e entidades comprometidos com essa luta, garantindo a autonomia de cada um e os princípios de classe, para se atingir os objetivos que seguem:

Pela reforma agrária

- garantir a propriedade da terra para quem nela vive e trabalha, principalmente para os posseiros, meeiros, parceiros e arrendatários que já ocupam as terras em que trabalham;
- lutar para que o Estado desaproprie todos os latifúndios existentes, sem direito a qualquer indenização. Que o Estado confisque imediatamente, sem indenização, as terras daqueles que mandaram praticar ou praticaram crimes contra os trabalhadores;
- apoiar e organizar coletivamente as legítimas ocupações de terras promovidas pelos trabalhadores sem terras em todo o Brasil. Lutar para que o Estado garanta para cada família de agricultor sem terra uma gleba equivalente a um módulo mínimo da região para que possa sobreviver;
- coordenar os assentamentos nas terras distribuídas, através das organizações dos trabalhadores, e lutar para que o Estado dê as condições necessárias para desenvolver sua lavoura. Esses assentamentos devem ser feitos nas regiões onde vivem esses trabalhadores;



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



• as terras distribuídas não poderão ser vendidas pelos trabalhadores beneficiados. Em caso de abandono essas terras devem ser destinadas à comunidade. A titulação das terras deve trazer segurança para o lavrador e não ser objeto de especulação.

Contra a violência no campo

É urgente e essencial acabar com a violência contra os lavradores e líderes rurais, promovida pelo Estado e pelos empresários, exigindo a punição exemplar de todos os mandantes e executores. Para isso, devemos:

- criar meios e estruturas próprias de informação e apoio jurídico contra a violência;
- estimular a criação de tribunais agrários, inclusive um tribunal latino-americano, para denunciar a violência impune existente no campo;
- fazer ampla campanha de denúncia da UDR, que, além de patrocinar a violência, vem fazendo uso intenso dos meios de comunicação para intimidar ou atrair os pequenos proprietários para sua área de influência, tentando isolá-los do movimento sindical;
- diante da violência impune cometida pelo latifúndio e pelos grandes empresários no campo, que perseguem, matam, violentam mulheres, queimam casas e roçados, exterminam criações, violência muitas vezes estimulada pelas próprias autoridades, consideramos legítima a autodefesa ativa a que todo ser humano tem direito quando se sente ameaçado de perder a própria vida.

Em defesa das terras indígenas e do meio ambiente

Lutamos para que sejam demarcadas e homologadas imediatamente as terras indígenas sob o controle de suas comunidades. Lutamos para que sejam criadas medidas de preservação das matas e de reflorestamento necessário nas áreas de assentamento, assim como o controle da fabricação e comercialização de agrotóxicos que afetem a conservação do solo e do meio ambiente. Empenharemos





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



esforços para estreitar os laços entre os trabalhadores brasileiros para impedir que as agressões aos índios e ao meio ambiente sejam combatidas apenas de forma localizada. Para tanto:

- a CUT se posiciona em defesa da autodeterminação das nações indígenas, e na luta contra a criação de colônias indígenas, a militarização da Amazônia e o Projeto Calha Norte;
- lutamos para que sejam reassentados, em áreas próximas, todos os posseiros pobres que habitam terras indígenas;
- a CUT estimulará o uso e o desenvolvimento de tecnologias alternativas, partindo da própria experiência acumulada pelos trabalhadores, assim como por entidades sem vínculos governamentais ou empresariais;
- defendemos o direito de posse dos seringueiros sobre suas colocações de seringa, e pelo fim do sistema tradicional de seringais onde impera a superexploração dos padrões seringalistas. Lutamos pela imediata desapropriação dos seringais em conflito para a implantação de assentamentos extrativistas, de modo a não agredir a natureza e a cultura dos povos das floresta, possibilitando a utilização auto-sustentável dos recursos naturais, incrementando tecnologias secularmente desenvolvidas pelos povos extratores da Amazônia, assim como garantindo-lhes o direito à educação, à saúde e a programas de desenvolvimento econômico e comunitário;
- trabalharemos no sentido de viabilizar a união dos povos da floresta – índios, seringueiros, ribeirinhos – em toda a Amazônia, tomando como exemplo as experiências dos seringueiros e índios do Acre;
- denunciaremos a situação dos brasileiros expulsos pelas frentes de expansão e que hoje se encontram ameaçados de repatriação sem garantias de sobrevivência no Brasil, como cerca de 30 mil seringueiros expulsos do Acre para a Bolívia, durante a década de 1970;
- denunciaremos a verdadeira negociata agrária que vem sendo feita com as terras ditas “desapropriadas”. De norte a sul do país, o Mirad vem comprando terras para desapropriação por até oito vezes o preço do mercado. O 3º Concut denuncia à sociedade mais esse golpe do governo Sarney e exige a punição dos responsáveis.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

Por uma política agrícola voltada às necessidades da maioria

A política agrícola no Brasil (conjunto de medidas de crédito, seguro, assistência técnica, preços mínimos, armazenamento, transporte) adotada pelo governo está voltada para atender aos interesses dos latifundiários empresários rurais, subordinando-se diretamente ao modelo exportador de matérias-primas que sacrifica os trabalhadores do campo, assim como os da cidade, para pagar a dívida externa.

O 3º Concut afirma que cabe à CUT lutar por uma nova política agrícola voltada para os interesses da grande maioria do povo brasileiro e que destine portanto, os recursos públicos exclusivamente para os pequenos e médios agricultores, e não aos grandes proprietários.

Lutamos por uma política agrícola que:

- atenda aos pequenos proprietários que possuem até cinco módulos rurais regionais e que produzem em regime de economia familiar, incluindo preços mínimos, crédito rural, transporte, armazenagem e pesquisa técnica com a participação dos trabalhadores rurais e suas entidades de classe;
- garanta empréstimos e créditos para os pequenos proprietários, sem correção monetária e com juros de no máximo 7% ao ano;
- estabeleça garantia dos empréstimos através de penhora da safra e não da terra, que é o meio de produção vital para o trabalhador;
- implante um seguro agrícola eficaz sem onerar o pequeno agricultor;
- garanta orientação técnica, levando-se em conta a preservação do meio ambiente através do uso de tecnologias alternativas;
- elimine os incentivos fiscais e subsídios para os grandes projetos agropecuários, revertendo esses recursos para as pequenas propriedades;
- fixe os preços dos produtos agrícolas com base no custo real de produção, reajustados mensalmente pelo valor das OTN.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIR



Pautas unificadas para os assalariados rurais

Os assalariados se constituem hoje em mais da metade dos trabalhadores rurais. A CUT deve aumentar sua inserção nas áreas e regiões onde predomine o trabalho assalariado, deslocando para lá quadros com maior experiência, assim como promover seminários e atividades específicas.

Os canavieiros formam a maior categoria assalariada rural nos principais estados da federação. Portanto, cabe à CUT elaborar uma pauta de reivindicações mínima para canavieiros, em nível nacional, para que essa luta possa ser unificada e conseqüentemente fortalecida. Essa pauta deverá ser o resultado de amplas discussões em todos os organismos de base da CUT envolvidos com essa questão e inclui:

- piso nacional unificado e atualizado mensalmente;
- estabilidade e garantia de emprego, principalmente nas entressafras;
- sábado livre remunerado;
- registro obrigatório em carteira para todos os assalariados, sejam permanentes ou temporários;
- confisco imediato das terras e punição exemplar para todos os proprietários que mantenham qualquer tipo de trabalho escravo.

Em defesa dos interesses do povo rural

Saúde e previdência no campo.

Os trabalhadores rurais sempre estiveram à margem dos serviços de saúde e previdência social que o Estado tem obrigação de oferecer para toda a população e em particular para os trabalhadores. Não podemos aceitar que os sindicatos se confundam com o Funrural, nem com seus péssimos serviços, quando existem. Diante disso o 3º Concut propõe lutar pela implantação de um sistema único de saúde, estatizado, gratuito e descentralizado, que garanta todo o atendimento médico, dentário, ambulatorial hospitalar, com fornecimento gratuito de remédios para os trabalhadores rurais. E lutar para que os benefícios da Previdência Social como auxílio doença e por acidente de trabalho, aposentadoria, sejam pagos aos homens e mulheres do campo de



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

acordo com o Piso Nacional Unificado e atualizado mensalmente.

Fim à indústria da seca. As secas, nas regiões áridas e semi-áridas do Nordeste, foram provocadas pela ganância de lucro dos grandes latifundiários que exploraram essas terras ao longo da história sem o menor cuidado com o desequilíbrio ecológico provocado pela devastação das matas naturais. Os trabalhadores não podem continuar sofrendo com o descaso dos governos diante dessa situação e de seu aproveitamento político através da manipulação de recursos por uma verdadeira indústria da seca.

O 3º Concut define a luta pelo pagamento de salário mínimo para todos os trabalhadores das frentes de trabalho de acordo com o Piso Nacional Unificado, atualizado mensalmente, e que os critérios de inscrição nas frentes de trabalho sejam definidos com a participação dos sindicatos.

Lutamos para que as obras de emergência construídas pelas frentes de trabalho sejam executadas, prioritariamente, nas pequenas propriedades e em benfeitorias comunitárias.

Contra as

“associações rurais” do governo. Através de entidades como LBA, Funabem, Fundec, e com recursos de entidades e bancos nacionais e internacionais, o governo federal vem tentando dividir o movimento sindical criando ou patrocinando o surgimento de “associações rurais” artificialmente em todos os estados do Brasil. É preciso estar alerta diante da ação divisionista dessas associações, denunciando-as junto aos trabalhadores rurais.

Barragens e a participação dos atingidos. O governo vem desapropriando centenas de pequenas propriedades para a construção de barragens para as hidrelétricas projetadas sem qualquer consulta à população afetada pelas mesmas. Os trabalhadores devem participar dessas decisões, garantindo o assentamento dessas famílias na mesma região e/ou estado em que residam para compensar os prejuízos causados com a inundação de suas lavouras já estruturadas ao longo do tempo. Nos reassentamentos deve ser garantida, além de terras, a infra-estrutura necessária, em caráter permanente.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



PLANO DE LUTAS

Contra a política econômica do governo Sarney, não-pagamento da dívida externa!

Contra a carestia e a inflação: reposição imediata das perdas, reajuste mensal de salários e garantia no emprego!

Fim da violência no campo: reforma agrária!

O 3º Concut retoma as definições da Campanha Nacional de Lutas adotada no 2º Congresso Nacional, combinando-as com uma campanha pelo contrato coletivo nacionalmente articulado. Reafirmamos a luta contra o pagamento da dívida externa e o repúdio aos acordos com o FMI.

Garantindo a continuidade destas campanhas, o 3º Concut incorpora a luta pelo contrato coletivo nacionalmente articulado.

A contratação coletiva de trabalho é uma reivindicação histórica do sindicalismo combativo brasileiro e representa uma mudança radical no sistema de contratação vigente no país.

O contrato coletivo de trabalho significa a implantação, na prática, do processo de contratação, dos princípios da liberdade e autonomia sindical e do direito irrestrito de greve. O avanço da luta dependerá da força dos trabalhadores na conquista de suas reivindicações, abolindo a CLT e a intervenção da justiça do trabalho e do Estado. A luta e o fortalecimento do sindicato são os únicos caminhos para a classe reivindicar e definir melhores condições de vida e trabalho.

O contrato coletivo é uma lei entre as partes, em que os direitos sociais podem ser contratados por prazo indeterminado, os direitos econômicos serão sempre renegociados e no qual estarão assegurados os direitos individuais e sindicais.

A CUT, por ser uma representação nacional da classe trabalhadora, deve impulsionar o contrato coletivo de forma articulada. A contratação nacional impulsionada pela CUT definirá os limites básicos a partir dos quais



os diversos ramos de produção e categorias deverão realizar as suas lutas e contratações específicas. E, a partir deste processo nacional, se impulsionarão as lutas por categoria e empresas, em função das realidades e situações específicas. Desta forma a CUT terá o papel de assegurar para o conjunto da classe condições básicas de vida e trabalho.

O contrato coletivo só tem validade de lei para o que foi estabelecido e pode ser modificado diante do descumprimento ou por fatos novos que sejam independentes das partes. Nesse sentido, ele não tem qualquer relação com pacto social ou conciliação de classe, porque depende do resultado da luta concreta e da correlação de forças real no embate entre patrões e trabalhadores.

O contrato coletivo não é um fim em si mesmo, é um instrumento a mais para impulsionar as lutas de massas, articulando os interesses imediatos dos trabalhadores com a perspectiva histórica do socialismo.

Lutas imediatas

1. Unificação das lutas em curso

Agrava-se a crise econômica e política do país, deteriorando as condições de vida da classe trabalhadora. Hiperinflação e aprofundamento do arrocho salarial são as duas faces da política econômica do governo Sarney, que reprime ou tolera a violência policial contra os trabalhadores.

Contra esta política, várias categorias têm se levantado e outras tantas organizam-se para a luta imediata: funcionários públicos federais e estaduais, funcionários das estatais, bancários, metalúrgicos, canavieiros, petroleiros, previdenciários, professores, colhedores de laranja.

A CUT, seus sindicatos e ativistas devem tomar as greves existentes como suas. É hora de preparar campanhas políticas de apoio às greves, arrecadando fundos, ajudando nos piquetes, na propaganda, colocando a infra-estrutura dos sindicatos a serviço do triunfo de todas as categorias, porque a vitória de todos depende da vitória dos que lutam agora.





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



A CUT entende que as lutas em curso são o momento privilegiado para a construção dos comandos de luta ou de greve das diferentes categorias e de comandos unitários, um Comando Nacional, que integrem as entidades sindicais, populares e partidos, num movimento conjunto contra a política econômica do governo Sarney, em defesa do salário e do emprego, contra a carestia e a inflação. É o momento para desenvolver a campanha pela reforma agrária e contra a violência no campo, estimulando as lutas pela terra, articulando as lutas no campo e na cidade, apoiando as ocupações e reconhecendo como legítimas as iniciativas de autodefesa para preservação da vida.

A CUT deverá articular as mobilizações já programadas nas várias categorias, articulando o apoio e a solidariedade de suas entidades e da sociedade. Como parte e direção das lutas da cidade e do campo, a CUT deverá promover o suporte mais amplo possível aos movimentos grevistas ou de resistência, onde ocorram.

A CUT deverá desenvolver esforços para unificar as campanhas salariais, buscando mobilizar as categorias fora das datas-base, trabalhando a pauta mínima unificada de reivindicações – reajuste mensal de salários, reposição das perdas salariais, unificação das datas-base em 1º de maio.

A CUT, em suas diversas instâncias, organizará plenárias para articular datas, atividades e reivindicações, no sentido da efetiva unificação das campanhas.

2. Jornada nacional de lutas

A CUT desencadeará uma jornada nacional contra a política econômica do governo Sarney e contra o pagamento da dívida externa. Contra a carestia e a inflação: reposição imediata das perdas, reajuste mensal dos salários e garantia no emprego. Fim da violência no campo: reforma agrária sob o controle dos trabalhadores.

O 3º Concut define um calendário básico:

5 de outubro – Dia nacional de denúncia do caráter globalmente antipopular da nova Constituição e de defesa das reivindicações conquistadas pelos trabalhadores.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

20 de outubro – Dia nacional de lutas contra a política econômica do governo e a dívida externa e em defesa do salário e do emprego, contra a carestia e a inflação, pela reforma agrária e contra a violência no campo. Pela reposição imediata das perdas salariais. Pelo não-pagamento da dívida externa.

O 3º Concut define a seguinte pauta de reivindicações para esta jornada:

- *reposição imediata das perdas*
- *reajuste mensal de salários de acordo com o índice do DIEESE*
- *reforma agrária imediata sob o controle dos trabalhadores. Por uma política agrícola de interesse dos trabalhadores*
 - *por um contrato coletivo de trabalho nacionalmente articulado*
 - *pela unificação das datas-base*
 - *40 horas semanais de trabalho*
 - *estabilidade no emprego*
 - *liberdade e autonomia sindical*
- *pela garantia e aplicação imediata das conquistas dos trabalhadores na Constituição*
- *não-pagamento da dívida externa e rompimento dos acordos com o FMI*
- *contra a privatização das estatais e em defesa dos serviços públicos*
- *garantia de abastecimento e controle dos preços dos gêneros de primeira necessidade*
- *creche gratuita para os filhos de trabalhadores até a idade de 7 anos, nos locais de trabalho ou moradia, controlada pelos trabalhadores*
- *contra demissões de mulheres grávidas*

Luta contra a carestia. O 3º Concut entende que é necessário desencadear ações de massas para enfrentar os aumentos de preços dos serviços básicos (transporte, escola, água, luz, tarifas públicas) e dos gêneros de primeira necessidade (pão, leite, carne) constantemente decretados pelo governo Sarney-Maílson. Cabe à CUT conclamar as organizações do movimento popular, sindical e partidos políticos para a realização



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



de plenárias contra a política econômica do governo, a carestia e a inflação e em defesa do salário e do emprego.

Constituição: garantir e avançar nas conquistas. A partir da Plataforma de Lutas aprovada neste 3º Concut e das emendas populares apoiadas pelo movimento sindical e popular durante o processo constitucional, a CUT deve conclamar as entidades sindicais, populares e partidos políticos à elaboração de uma plataforma unitária de defesa das reivindicações rejeitadas pelo Congresso Constituinte, transformando-a em referência para as próximas lutas e em instrumento de garantia das conquistas obtidas.

Eleições de novembro. Buscando transformar estas eleições em plebiscito, a CUT deverá lutar por uma maciça rejeição ao governo Sarney. Em segundo lugar, a CUT deverá trabalhar pela derrota dos parlamentares ligados aos patrões e pela eleição de candidatos que, por suas posições e prática política, estejam ligados aos trabalhadores e se comprometam com a plataforma da CUT.

Contra o pacote econômico. Diante da iminência de novas medidas contrárias aos interesses dos trabalhadores, o 3º Concut antecipa o seu repúdio e declara que é o momento para articular as ações de massas que devem caminhar no sentido de criar condições para promover uma Greve Geral com força capaz de tornar vitoriosas nossas reivindicações.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





EXECUTIVA E DIREÇÃO NACIONAL

EXECUTIVA NACIONAL

Presidente

Jair Antonio Meneguelli

Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema/SP

Vice-presidente

Avelino Ganzer

Federação dos Trabalhadores Rurais do Pará/Fetagri

Secretário-geral

Gilmar Carneiro dos Santos

Sindicato dos Bancários de São Paulo/SP

Primeiro secretário

Delman Sergio Ferreira

Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis/SC

Tesoureiro

Delúbio Soares de Castro

Centro de Professores de Goiás

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



Primeiro tesoureiro

Durval de Carvalho

Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas/SP

Secretário de Relações Internacionais

Osvaldo Martinez Bargas

Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema/SP

Secretário de Formação Sindical

Jorge Lorenzetti

Associação Brasileira de Enfermagem/SC

Secretaria de Imprensa e Divulgação

Rosiver Pavan

Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo/APEOESP

Secretaria de Política Sindical

José Olívio Miranda de Oliveira

Sindicato dos Engenheiros da Bahia

Secretaria de Política Social

Antonio Carlos de Andrade

Federação Nacional das Associações de Servidores da Previdência Social/FENASPS

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





Diretor executivo

Cyro Garcia

Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro

Diretor executivo

Sebastião Lopes Neto

Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo

Diretor executivo

Gerson de Almeida Silva

Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações/FITTEL

Diretor executivo

Martiniano Cavalcanti

Sindicato dos Engenheiros de Goiás

Primeiro suplente

Paulo Roberto Galvão da Rocha

Sindicato dos Gráficos de Belém/PA

Segundo suplente

Adelmo Escher

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão/PR

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



Terceiro suplente

Washington Costa

Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro

Quarto suplente

José Geraldo de Araújo

Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte/MG

Quinto suplente

Ruy Guimarães

Sindicato dos Bancários de Porto Alegre/RS

DIREÇÃO NACIONAL

Jair Antonio Meneguelli

Metalúrgicos São Bernardo do Campo e Diadema/SP

Avelino Ganzer

Fetagri/PA

Gilmar Carneiro dos Santos

Bancários São Paulo/SP

Delman Sérgio Ferreira

Eletricitários de Florianópolis/SC



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





Delúbio Soares de Castro
Centro de Professores de Goiás

Durval Aparecido F. Carvalho
Metalúrgicos Campinas/SP

Osvaldo Martinez Bargas
Metalúrgicos São Bernardo e Diadema/SP

Jorge Lorenzetti
Associação Brasileira de Enfermagem

José Olivio M. Oliveira
Engenheiros/BA

Rosiver Pavan
Apeoesp

Antonio Carlos de Andrade
Previdenciários

Cyro Garcia
Bancários Rio de Janeiro/RJ

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

Martiniano Cavalcanti Neto
Engenheiros/GO

Sebastião Lopes Neto
Metalúrgicos/SP

Gerson Almeida Silva
Fittel

Paulo Roberto Galvão da Rocha
Gráficos Belém/PA

Adelmo Escher
STR Francisco Beltrão/PR

Washington da Costa
Metalúrgicos Rio de Janeiro/RJ

José Geraldo Araújo
Bancários Belo Horizonte/MG

Ruy Guimarães
Bancários Porto Alegre/RS



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





Florisval Alexandre Costa
STR Craibas/AL

Eraldo José de Souza
STR Petrolândia/PE

José Jairo Ferreira Cabral
Sindados/PE

José Raimundo de Andrade
STR Pirpirituba/PB

Silvestre Soares de Paiva
Metalúrgicos Manaus/AM

Jorge Alfredo Streit
Bancários/RO

Otacílio Teixeira
STR Ceres/GO

Francisco Domingos dos Santos
Vigilantes/DF

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





Jacques Oliveira Pena
Bancários/DF

Gilmar José Pedruzzi
Metalúrgicos Canoas/RS

Álvaro Meneguzzi
Sabão, Velas e Tintas Porto Alegre/RS

Orlando Furini Vicenci
STR Tenente Portela/RS

Siderlei Silva Oliveira
Alimentação/RS

Carlos Alberto Jacques de Castro
Processamento Dados

Vicente Paulo da Silva
Metalúrgicos São Bernardo do Campo e Diadema/SP

Arlindo Chinaglia Jr.
Médicos São Paulo/SP

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE





José Mauro Forti
Eletricitários Campinas/SP

Jocélio H. Drummond
Servidores da Saúde/SP

João Avamileno
Metalúrgicos Santo André/SP

Epitácio Luiz Epaminondas
Químicos ABC/SP

Idelvino Furlanetto
STR São Miguel do Oeste/SC

Reinaldo Brasiliense Machado
Previdenciários/SC

Geraldo Cândido
Metroviários/RJ

Antonio Pereira da Silva Filho
Bancários/RJ

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





José Domingos Cardoso
Metalúrgicos/RJ

Gilberto Silva Palmares
Fittel

Paulo Roberto Cequinel
Petroleiros/PR

Wagner Luis Constantino de Lima
Petroleiros Campinas e Paulínia/SP

Osvaldo Hulle
Comerciários/ES

José Otávio Baioco
Eletricitários/ES

Pedro Almeida dos Anjos
STR Itamaraju/BA

Aristóteles dos Santos
Sinttel/MG

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





Eduardo Armond Cortes Araújo
Sindados/MG

Maria Aparecida Rodrigues Miranda
STR Unai/MG

Fernando Viana Cabral
UTE/MG

José Geraldo Costa
Metalúrgicos Timóteo/MG

Maria Regina Souza
Bancários/PI

Raimundo de França Dutra
Construção Civil/MA

Walter de Freitas Pinheiro
Sinttel/BA

Edmilson José Santos Araújo
Químicos/SE

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





Roberto Fachinni
Associação dos Empregados CESP/SP

Júlio Turra Filho
Sinpro ABC/SP

Edir Veiga Siqueira
Servidores da Universidade Federal/PA

José A. R. Fortunati
Bancários/RS

Vera Lúcia Ferreira Gomes
Sinpro/PE

Salvador Pires
Metalúrgicos/SP

Ronaldo Barbosa Ferreira
Associação do Magistério do Estado da Paraíba

José Domingos da Silva
Químicos/SP

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





Rafael Freire Neto
Servidores Públicos/RN

Lúcia Helena de Carvalho
Sinpro/DF

Ivo Pétry Sobrinho
Sindados/PR

Luiz Edmundo Vargas de Aguiar
Sinpro/RJ

Paulo César Funghi
Metalúrgicos Belo Horizonte e Contagem/MG

Ricardo Augusto H. Melani
Carnes e Frios/SP

Dirceu Travesso
Bancários de São Paulo/SP

José Augusto Alvarenga
Previdenciários

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





Ana Lúcia Silva
Docentes/GO

José Geraldo Saraiva Pinto
Petroleiros/RN

João Batista O. de Araújo
Servidores da Universidade Federal/PA

Nelson Rodrigues da Silva
Professores/SP

Mauricio Peres Pencak
Professores Rio de Janeiro/RJ

Marcus Túllius
Professores/PE

Júlio César da Silva
Eletricitários Belo Horizonte/MG

Suplentes

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE





Frederico Maciel Gravito
Eletricitários de Belo Horizonte/MG

Paulo Otávio Azevedo
Metroviários/SP

José Eduardo de Barros Dutra
Associação dos Trabalhadores em Extração de Minérios/SE

Vicente Flávio Belém Pinto
Bancários/CE

Dejair de Souza Soares
Sindados/MT

Melicio Pereira da Silva
STR Camapuã/MS

Pedro Ramos de Souza
STR Macapá/AP

Jorge Luis Coelho
Químicos São Paulo/SP

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





Elizabeth Vilela Costa
Jornalistas/RJ

Rui Roosevelt dos Santos
Bancários do Rio de Janeiro/RJ

Luis Carlos Pinheiro Machado
Docentes Universidade Federal/SC

Marcia Eudes Teixeira
STR de Quirinópolis/GO

Francisco Alves Mendes Filho
STR de Xapuri/AC

Bernardo Weinstein Neto
Metalúrgicos Recife/PE

Heloisa Pacheco Ferreira
Médicos/MA

Valdina Pereira Barros
STR Imperatriz/MA

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



Luis Silva
STR São Sebastião Umbuzeiro/PB

Jonas Chequeto
STR São Gabriel da Palha/ES

Maria José Conceição
Médicos/DF

Maria Beatriz Costa
Associação Nacional dos Assistentes Sociais

Fernando A. Magalhães de Souza
Urbanitários/MA

José Dias de A. V. Moreira
Fetagri/PA

Marcelo Felício
Metalúrgicos Volta Redonda/RJ

Francisco Sabino Dantas
Servidores Públicos/DF

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE





José Valdeci Rebouças
Calçados de Fortaleza/CE

Maria Laura Sales Pinheiro
Servidores Públicos Federais/DF

Joana de Oliveira
Associação dos Licenciados de SC.

Antonio Donizete Ferreira
Metalúrgicos São José dos Campos/SP

Altemir Antonio Tortelli
STR Jacutinga/RS

Antonio Luzia Dias
Bancários/SP

João Carlos Dantas
Petroquímicos/BA

Valter Gomes da Silva
STR Teodoro Sampaio/SP

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





Fenelon Dias Filho
STR São Gonçalo do Rio Abaixo/MG

Flávio F. Pimentel
Bancários Belo Horizonte/MG

José Ferreira Araújo
Fetagri/PA

Osmar de Lima Magalhães
Centro de Professores de Goiás

Renato Barbosa de Menezes
Ferroviários de Vitória/ES

Carmen Lucia Bomtempo
Previdenciários

Pedro Ivo de Souza Batista
Bancários/CE

Eliziel Barbosa da Silva
STR Montanhas/RN

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





José Maria de Almeida
Metalúrgicos Belo Horizonte e Contagem/MG

Conselho Fiscal

Maria Berenice Godinho Delgado
Assistentes Sociais São Paulo/SP

Pedro Celso
Rodoviários/DF

Eduardo Weber
Metroviários Porto Alegre/RS

Suplentes

Pery Tadeu O. Falcon
Metalúrgicos Salvador/BA

Paulo Valença
Professores/PE

Waldir Araújo
Portuários/RJ

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



DELEGAÇÕES INTERNACIONAIS

Centrais internacionais

FSM – Federação Sindical Mundial

Leonid Sobolev, Luis Martel, Mário Navarro

CIOSL

– Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres

Juan Manuel Sepulveda, Fernando Serrano

CMT – Confederação Mundial do Trabalho

Mitil

Ferreira da Silva

Centrais regionais

CPUSTAL – Congresso Permanente de Unidade Sindical dos Trabalhadores da América Latina

Roberto Prieto

ORIT

– Organização Regional Interamericana do Trabalho

Luis A. Anderson



CLAT – Central Latino-Americana de Trabalhadores
Carlos R. Gaitan, Antonio C. D. Ferreira

Centrais nacionais

Afeganistão

CCATU – Central de Sindicatos de Trabalhadores do Afeganistão.
Kabir Kargar

Angola

UNTA – União Nacional dos Trabalhadores Angolanos
Abílio da Costa, Camilo Castelo Branco

Bélgica

FGTB – Federação Geral dos Trabalhadores Belgas
Jean Gayetot

Bolívia

COB – Central Operária Boliviana
Casto Rivero Velasco

Canadá

CSN – Confederação dos Sindicatos Nacionais/CLC – Congresso dos Trabalhadores Canadenses
Jean-Roch Larrse

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





China

FNSCH – Federação Nacional dos Sindicatos Chineses

HuangRujie, Qiu Ling

Colômbia

CUT – Central Unitária dos Trabalhadores

Jorge Carrilo Rojas, Juan Galiardo, Jorge Elias Hermantilla

Cuba

CTC – Central dos Trabalhadores Cubanos

Jesus Escandel, Simeon Antonio Lopez

Dinamarca

LO – União Geral dos Trabalhadores

Kjeid Aakjaer

El Salvador

UNTS – Unidade Nacional dos Trabalhadores Salvadorenhos

Guilhermo

Rojas

Equador

CEOSL – Central Equatoriana de Organizações Sindicais Livres

Carlos Cordova, Antonio Carrion, Luis Quiñonez

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE





Estados Unidos

AFL/CIO – Federação Americana do Trabalho/Congresso das Organizações Industriais

Agustin Torres Lazo

França

CFDT – Confederação Francesa Democrática do Trabalho

Roger Briesch, Denis Jacquot

CGT – Confederação Geral do Trabalho

Bernard Lacombe

Galícia

CXTG/IN – Confederação Geral dos Trabalhadores Galegos/Intersindical Nacional

Humberto Busto Abella

Holanda

FNV – Federação dos Trabalhadores Holandeses

Willy Wagenmans

Iraque

GFTUI

– Federação Geral dos Sindicatos

Thamer D. Hosen

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





Israel

Histadrut

– Confederação Geral dos Trabalhadores

Eitan

Sela

Itália

CGIL – Confederação Geral Italiana do Trabalho

Antonio Letieri, Walter Cerfeda,

Giacomo Barbieri

CISL – Confederação Italiana dos Sindicatos de Trabalhadores

Sergio D’Antoni, Sandro Antonazzi, Luigi Cal, Marco Andrioli, Andrea Lausi, Annalisa Sabaini

UIL – União Italiana do Trabalho

Silvano Veronese, Carlos Salamanca

Marrocos

UMT – União Marroquina dos Trabalhadores

Abdelali Benabdellan

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

Nicarágua

ATC – Associação de Trabalhadores do Campo

Leopoldo Tablada

CST – Central Sandinista de Trabalhadores

Socorro Galán Galero

Noruega

LO

– Federação dos Sindicatos Noruegueses

Eidar

Truelsén

Palestina

PTUF

– Federação dos Sindicatos Palestinos

Khaled Abdel Ghani Rahman

Panamá

CNTP – Central Nacional dos Trabalhadores

Zelideth Rosales de Aizpurua

Paraguai

CNT – Coordenação Nacional de Trabalhadores

Juan Manuel Peralta, Adolfo Gamarra



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE





MIT-P- Movimento Intersindical de Trabalhadores Paraguaiois

Victor Baez Mosqueira, Marcial Vazquez

Polônia

OPZZ – Acordo Nacional dos Sindicatos Poloneses

Wlodzimierz Lubanski, Andrzej Sudol

Portugal

CGTP/IN – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses/Intersindical Nacional

José Luís Judas

UGTP – União Geral de Trabalhadores de Portugal

José Torres Couto

República Democrática da Alemanha

FDGB

– Confederação dos Sindicatos Alemães Livres

Frank Bochow

República Federal da Alemanha

DGB – Confederação Alemã de Sindicatos

Uwe Optenhoegel

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

Romênia

UGRS – União Geral de Sindicatos da Romênia

Dicaonu Domitru

Suécia

LO

– União Geral dos Trabalhadores

Eivor Edvardsson-Kratz

Suriname

Progressive Vakcentrale – C47

Sucila Angeal, Defares Johqn Adolf, Heinrich Julius Rozen

União Soviética

CCSS – Conselho Central de Sindicatos Soviéticos

Karaty Turyssov, Alberto Ilhin

Uruguai

PIT/CNT – Plenário Intersindical de Trabalhadores/Convenção Nacional dos Trabalhadores

Luis Romero, Ruben Villaverde

Organismos profissionais internacionais

UIS/Alimentação – União Internacional dos Sindicatos de Trabalhadores nas Indústrias Alimentícias

Luis Martell Rosa, Bogomil V. Varlamov



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

UISTABP – União Internacional de Sindicatos de Trabalhadores da Agricultura, Bosques e Plantações
Carlos Opazo

UIS/Energia

– União Internacional de Sindicatos de Trabalhadores da Energia
Bohumir Bobak, Ivana Horakova

União Internacional dos Sindicatos das Indústrias Químicas do Petróleo e Similares
Hugo Bianchi

Federações Internacionais

UAW – Sindicato Internacional dos Trabalhadores Unidos do Automóvel
John Cristensen

UFCW

– Confederação Internacional dos Trabalhadores do Comércio e Alimentação
Stanley Gacek

Outras entidades

Argentina

Coordenadora Nacional de Agrupações Agustin Tosco
Luis Ganay

Itália

INAS/CISL



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





– Instituto Nacional de Assistência Social
Natalina Berto, Filomena Narducci

ISCOS/CISL – Instituto Sindical para Cooperação e Desenvolvimento
Franco Patrignani, Carlo Colli

MLAL-Movimento Laico da América Latina
Pipo Morelli, Enrico Ginsti, Michele Corsi, Cristiane Tomburrono, Daniele Accorsi, Luciano Pacchiani, Adriano Sandri.

Projeto Sviluppo
Giovani Masetti

El Salvador

FMLN – Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional
Ernesto Cisneros

Palestina

OLP – Organização para a Libertação da Palestina
Fauzi el-Masni e Ali Al-Khatib



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



SAIR



QUADRO GERAL DO CONGRESSO

DISTRIBUIÇÃO DOS DELEGADOS POR REGIÃO

Participaram do 3º Concut 1.157 entidades, incluindo 160 oposições sindicais, com um total de 6.244 delegados. Somadas aí 7 entidades nacionais, com 26 delegados, representando enfermeiros, professores, docentes universitários, eletricitas da Marinha de Guerra, funcionários do Ministério da Saúde e assistentes sociais.

Regiões	Entidades	Oposições	Delegados
Norte	127	16	679
Nordeste	315	53	1.570
Centro-Oeste	117	11	567
Sudeste	353	56	2.216
Sul	238	22	1.186
Entidades nacionais	07	—	26
Total	1.157	160	6.244

NORTE

nº/entidades: 127

nº/oposições: 16

nº/delegados: 679

Acre

nº/entidades: 5

nº/oposições: 1

nº/delegados: 15

<i>setores</i>	<i>entidades</i>	<i>delegados</i>
Serviços	1	3
Funcionalismo	1	1
Rural	3	11

Amapá

nº/entidades: 4

nº/oposições: –

nº/delegados: 27

<i>setores</i>	<i>entidades</i>	<i>delegados</i>
Indústria	1	5
Serviços	2	10
Rural	1	12

Amazonas

nº/entidades: 18

nº/oposições: 3

nº/delegados: 71

<i>setores</i>	<i>entidades</i>	<i>delegados</i>
Indústria	1	5
Serviços	2	3
Funcionalismo	3	10
Rural	12	53



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



Pará

nº/entidades: 86

nº/oposições: 12

nº delegados: 505

<i>setores</i>	<i>entidades</i>	<i>delegados</i>
Indústria	10	68
Serviços	13	62
Funcionalismo	14	57
Rural	49	318

Rondônia

nº/entidades: 14

nº/oposições: –

nº/delegados: 61

<i>setores</i>	<i>entidades</i>	<i>delegados</i>
Indústria	2	8
Serviços	3	11
Financeiro	1	9
Funcionalismo	5	17
Rural	3	16

NORDESTE

nº/entidades: 315

nº/oposições: 53

nº/delegados: 1.570

Ceará

nº/entidades: 42

nº/oposições: 11

nº/delegados: 192

<i>setores</i>	<i>entidades</i>	<i>delegados</i>
Indústria	7	40
Serviços	12	53
Financeiro	2	12
Transportes	1	1
Funcionalismo	10	36
Rural	10	50

Pernambuco

nº/entidades: 34

nº/oposições: 3

nº/delegados: 209

<i>setores</i>	<i>entidades</i>	<i>delegados</i>
Indústria	6	49
Serviços	7	51
Financeiro	1	2
Transportes	1	5
Funcionalismo	8	48
Rural	11	54

Maranhão

nº/entidades: 28

nº/oposições: 6

nº/delegados: 125

<i>setores</i>	<i>entidades</i>	<i>delegados</i>
Indústria	3	13
Serviços	9	32
Transportes	1	3
Funcionalismo	3	12
Rural	12	65

Paraíba

nº/entidades: 54

nº/oposições: 9

nº/delegados: 240

<i>setores</i>	<i>entidades</i>	<i>delegados</i>
Indústria	4	20
Serviços	9	31
Financeiro	1	1
Transportes	1	4
Funcionalismo	14	64
Rural	25	120

Piauí

nº/entidades: 29

nº/oposições: 6

nº/delegados: 105

<i>setores</i>	<i>entidades</i>	<i>delegados</i>
Indústria	2	9
Serviços	7	25
Funcionalismo	3	12
Rural	17	59

Rio Grande do Norte

nº/entidades. 28

nº/oposições: 3

nº/delegados: 125

<i>setores</i>	<i>entidades</i>	<i>delegados</i>
Indústria	6	24
Serviços	5	24
Financeiro	2	7
Funcionalismo	12	59
Rural	3	11

Sergipe

nº/entidades: 14

nº/oposições: 2

nº/delegados: 100

<i>setores</i>	<i>entidades</i>	<i>delegados</i>
Indústria	5	42
Serviços	1	3
Financeiro	1	7
Funcionalismo	2	20



AJUDA



SAIR

CENTRO-OESTE

nº/entidades: 117

nº/oposições: 13

nº/delegados: 567

Distrito Federal

nº/entidades: 28

nº/oposições: 2

nº/delegados: 196

<i>setores</i>	<i>entidades</i>	<i>delegados</i>
Indústria	3	14
Serviços	19	108
Financeiro	1	8
Transportes	1	11
Funcionalismo	4	55

Goiás

nº/entidades: 65

nº/oposições: 8

nº/delegados: 291

<i>setores</i>	<i>entidades</i>	<i>delegados</i>
Indústria	2	17
Serviços	23	84
Financeiro	1	3
Transportes	1	2
Funcionalismo	8	29
Rural	30	156



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



Mato Grosso

nº/entidades: 11

nº/oposições: –

nº/delegados: 37

<i>setores</i>	<i>entidades</i>	<i>delegados</i>
Serviços	5	18
Funcionalismo	3	11
Rural	3	8

Mato Grosso do Sul

nº/entidades: 13

nº/oposições: 1

nº/delegados: 43

<i>setores</i>	<i>entidades</i>	<i>delegados</i>
Indústria	1	2
Serviços	4	9
Financeiro	1	7
Funcionalismo	1	5
Rural	6	20



AJUDA



SAIR

SUDESTE

nº/entidades: 353

nº/oposições: 56

nº/delegados: 2.216

Espírito Santo

nº/entidades: 24

nº/oposições: 1

nº/delegados: 165

<i>setores</i>	<i>entidades</i>	<i>delegados</i>
Indústria	4	23
Serviços	4	30
Financeiro	1	10
Transportes	1	10
Funcionalismo	7	36
Rural	7	56

Minas Gerais

nº/entidades: 146

nº/oposições: 15

nº/delegados: 769

<i>setores</i>	<i>entidades</i>	<i>delegados</i>
Indústria	54	295
Serviços	28	146
Financeiro	3	16
Transportes	2	9
Funcionalismo	22	122
Rural	37	181



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



Rio de Janeiro

nº/entidades: 65

nº/oposições: 18

nº/delegados: 383

<i>setores</i>	<i>entidades</i>	<i>delegados</i>
Indústria	14	97
Serviços	26	158
Financeiro	6	33
Transportes	5	33
Funcionalismo	9	44
Rural	5	18

São Paulo

nº/entidades: 118

nº/oposições: 22

nº/delegados: 899

<i>setores</i>	<i>entidades</i>	<i>delegados</i>
Indústria	49	434
Serviços	18	108
Financeiro	12	62
Transportes	5	32
Funcionalismo	14	137
Rural	20	126

SUL

nº/entidades: 238

nº/oposições: 22

nº/delegados: 1.186

Paraná

nº/entidades: 49

nº/oposições: 6

nº/delegados: 234

<i>setores</i>	<i>entidades</i>	<i>delegados</i>
Indústria	9	53
Serviços	16	73
Financeiro	4	17
Funcionalismo	3	13
Rural	17	78

Rio Grande do Sul

nº/entidades: 103

nº/oposições: 9

nº/delegados: 551

<i>setores</i>	<i>entidades</i>	<i>delegados</i>
Indústria	29	146
Serviços	22	118
Financeiro	6	31
Transportes	4	16
Funcionalismo	16	88
Rural	26	152

Distribuição dos delegados por setor (% sobre 6.244)

As delegações foram divididas por setor econômico. *Indústria*: Trabalhadores em metalúrgicas, petróleo, petroquímica, química e farmacêutica, vidro, têxtil, gráfica, vestuário, couro, alimentação, água, eletricidade, gás, telecomunicações, borrachas e outros.

Serviços: comércio, profissionais liberais, administrativos, ensino privado. *Financeiro*: bancários, financeiros, securitários. *Transporte*: rodoviários, ferroviários, securitários. *Funcionalismo*: previdência, saúde, professores, docentes, servidores das universidades, funcionários federais, estaduais e municipais. *Rural*: STR, pescadores.

Setores	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Total
Indústria	1,4	4,5	0,5	13,6	3,9	23,9
Serviços	1,4	5,1	3,5	7,0	4,5	21,5
Financeiro	0,1	0,7	0,3	1,9	0,9	3,9
Transporte	-	0,4	0,2	1,3	0,4	2,3
Funcionalismo	1,4	4,7	1,6	5,4	2,6	15,7
Rural	6,5	9,7	2,9	6,1	6,7	32,0
Total	10,8	25,1	9,0	35,3	19,0	100,0